



185

janeiro 2012

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento



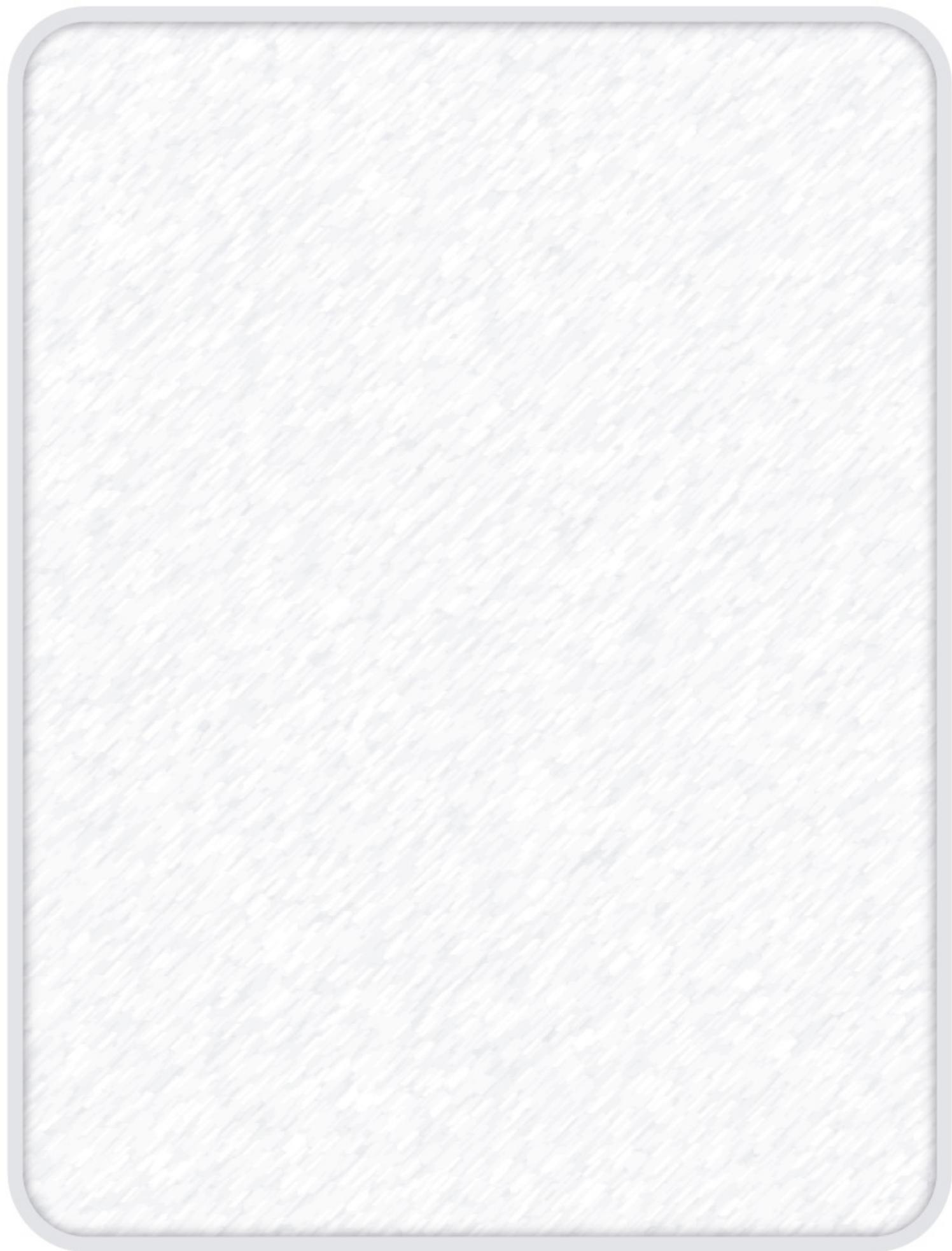


Tabela de conteúdos

Blocos de Integração

América Central

A Cúpula do Sica e os pilares da integração centro-americana	7
Cresce a integração dos sistemas de pagamento na América Central	10
Mais perto da União Alfandegária	12

Comunidade Andina

Países da CAN analisam diversos aspectos da integração andina	13
Peru e Venezuela fortalecem relação bilateral	15

MERCOSUL

Contexto externo motiva exceções transitórias à Tarifa Externa Comum	16
--	----

UNASUL

BID ratifica apoio a iniciativas regionais da Unasul	18
--	----

Panorama Regional e Global

Rússia e países menos adiantados no vértice da Conferência da OMC	23
---	----

Atividades do BID-INTAL

BID promove segurança e facilitação do comércio	29
---	----

Publicações BID-INTAL

Informe MERCOSUL N° 16 (publicação em breve)	33
Revista Integración & Comercio recebe artigos para edição 34	37

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

CELLI, Umberto; SALLES, Marcus; TUSSIE, Diana; PEIXOTO, Juliana. Mercosul in South-South Agreements: In the middle of two models of regionalism. Buenos Aires: Flacso, jun. 2011,72 p.	41
---	----

Alerta Bibliográfica

.....	44
-------	----

Bibliografias em destaque do mês

* Convergencia macroeconómica andina 2010 : Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú. (2011). Lima: Secretaría de la CAN.	45
* Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2011. (2011). Santiago de Chile: CEPAL.	49

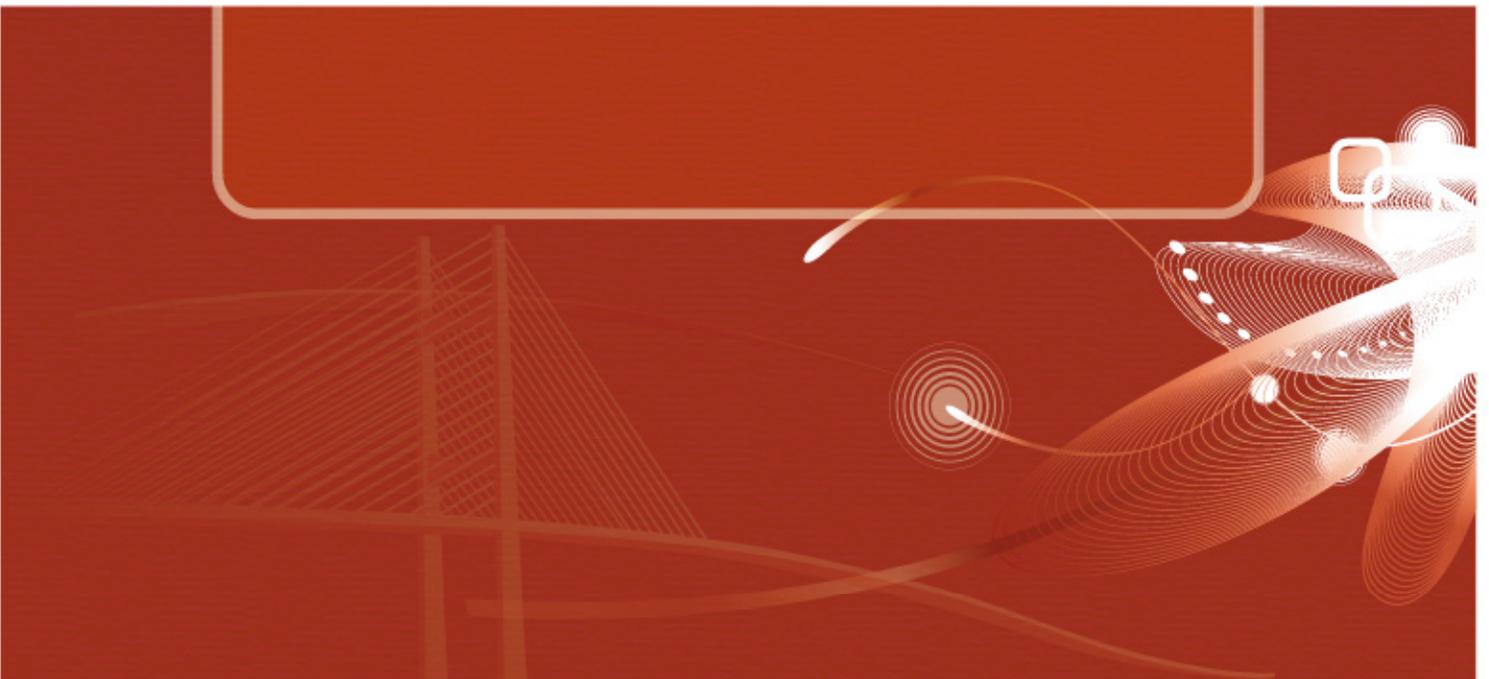
* Martin, W. y Mattoo, A. (2011). Unfinished Business? The WTO's Doha Agenda. Washington: CEPR. 52

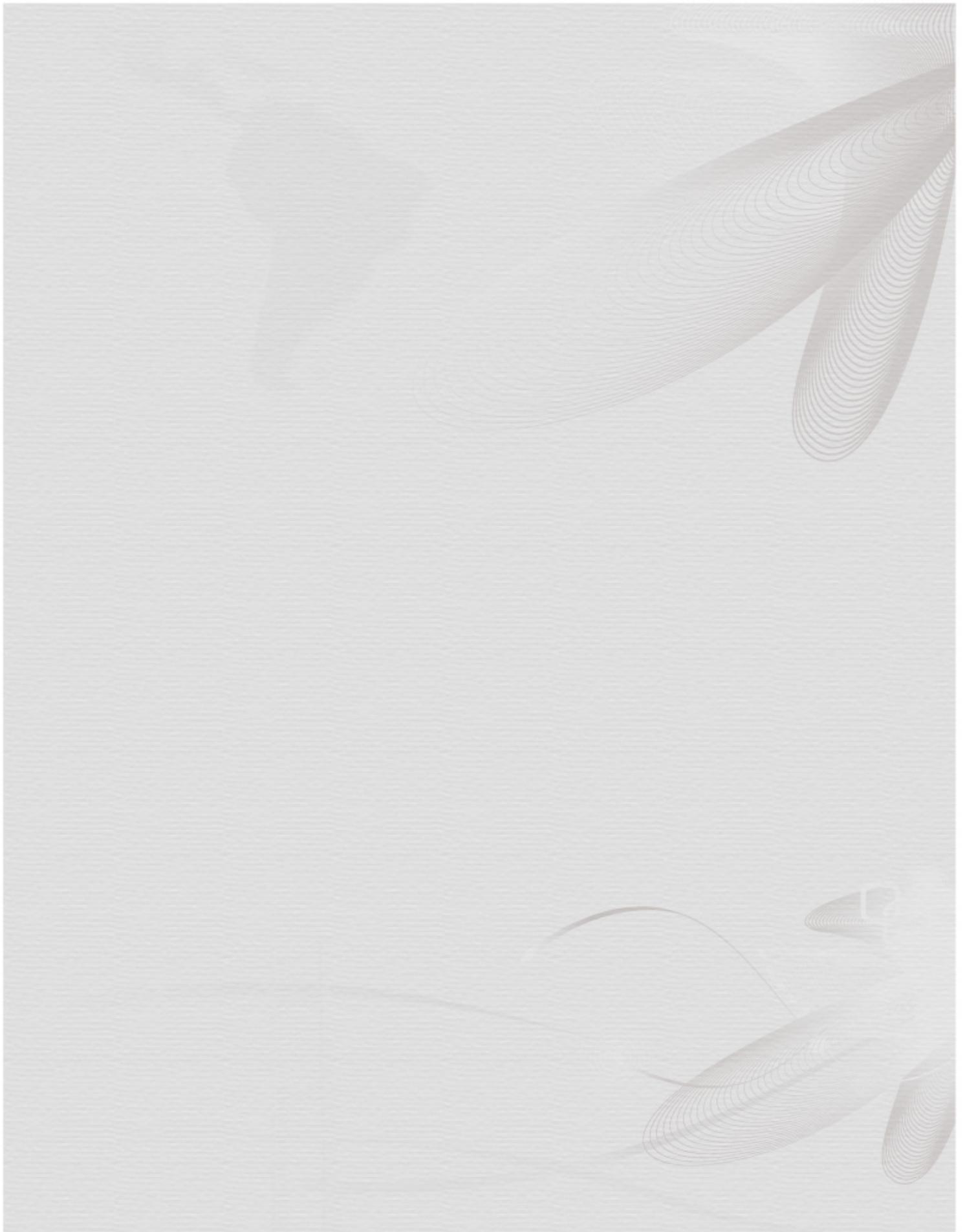
Redação

..... 55



Blocos de Integração





América Central

A Cúpula do Sica e os pilares da integração centro-americana

Encabeçados pela Gestão Integral de Risco de Desastres e Mudanças Climáticas, os outros quatro eixos do relançamento do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) são a Segurança Democrática Regional, a Integração Social, a Integração Econômica e o Fortalecimento Institucional.

Na [38ª Cúpula Ordinária do Sica](#), realizada em 16 de dezembro em San Salvador, El Salvador, foram avaliados os avanços conquistados em cada um desses pilares, que foram resumidos na [Declaração Conjunta e no Plano de Ação](#) apresentados na reunião.

Em relação à Gestão Integral de Risco de Desastres e Mudanças Climáticas, os principais avanços foram a aprovação e implementação da Estratégia Regional de Mudanças Climáticas (ERCC, sigla em espanhol), a Política Centro-Americana de Gestão Integral de Risco (PCGIR) e a criação do Fórum Consultivo da PCGIR. Nesse âmbito, o Plano de Ação insta a continuar com a execução da PCGIR, aprovar a criação de um fundo para essa política, coordenar posições comuns para fóruns e convenções internacionais e fortalecer a segurança alimentícia.

Além disso, foi realizada uma reunião do Grupo Consultivo para a Reconstrução e o Desenvolvimento da América Central, concentrado nas consequências da Depressão Tropical 12-E (veja abaixo).

Também foram registrados expressivos progressos em questões de Segurança Democrática, entre os quais se destaca a [Conferência Internacional de Apoio à Estratégia de Segurança da América Central](#), em que se definiram os projetos prioritários a serem implementados e a forma de financiamento, da qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participa ativamente dando apoio técnico e financeiro. Entre os passos a seguir foi solicitado que se desse continuidade às negociações com o Grupo de Países Amigos e Organismos Internacionais. Além disso, instruiu-se que fosse formada uma equipe para a gestão financeira da Estratégia.^[1]

O Plano de Ação fomenta ações específicas para a Integração Social, com particular ênfase em infância, saúde, esportes, segurança alimentar, cultura e migração.

A Declaração destaca o aumento do comércio intrarregional como um dos sintomas da maior

integração econômica. Para este ano apresentam-se desafios na integração das micro, pequenas e médias empresas (Mipymes, sigla em espanhol) – setor para o qual houve orientação de elaborar uma estratégia regional e a execução de um programa para fomentar iniciativas empresariais –, o funcionamento do [Sistema de Interconexão de Pagamentos \(SIP\)](#); e o desenvolvimento de energia renovável e seu uso eficiente.

Os temas pendentes nesse âmbito são a assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia, o estabelecimento da União Alfandegária e a incorporação do Panamá ao Sistema.

Será buscado o fortalecimento Institucional da harmonização jurídica e da homologação de regulamentos por meio do reordenamento dentro das entidades do Sica.

Matérias relacionadas:

- BID-INTAL. [“O BID apoia estratégia regional de segurança na América Central”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 174*, fevereiro de 2011.
- BID-INTAL. [“Segurança e integração: a Cúpula da Segurança Cidadã Regional na América Central”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 179*, julho de 2011.
- BID-INTAL. [“Avanços na implementação da Estratégia de Segurança”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 180*, agosto de 2011.
- BID-INTAL. [“43ª Reunião da Comissão de Segurança da América Central”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 181*, setembro de 2011.
- BID-INTAL. [“Fórum sobre a Estratégia de Segurança da América Central”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 182*, outubro de 2011.

Grupo Consultivo para a Reconstrução e o Desenvolvimento da América Central

Durante a cúpula, os mandatários realizaram a [Reunião Grupo Consultivo para a Reconstrução e o Desenvolvimento da América Central](#), da qual também participaram representantes de Países Amigos e organismos internacionais. O Grupo foi formado em 25 de outubro de 2011 com a missão de apresentar iniciativas nacionais e regionais de recuperação.

O encontro foi realizado com o objetivo de analisar as consequências da Depressão Tropical 12-E, que afetou o istmo em outubro de 2011 provocando numerosas mortes, grande destruição da infraestrutura e perdas importantes na produção agrícola. Segundo a [Declaração](#), na reunião discutiu-se o marco estratégico da sub-região para enfrentar os desastres naturais e as mudanças climáticas, e se solicitou o apoio técnico e financeiro da comunidade internacional. Segundo o [relatório realizado pela Cepal](#), com apoio do BID, a região precisa US\$ 4,2 bilhões para conseguir realizar uma reconstrução sustentável que suporte os crescentes riscos de catástrofes.

Matérias relacionadas:

- BID-INTAL. [“Cooperação após temporais na América Central”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 183*, novembro de 2011.

[1] Para mais informações sobre este assunto veja Matérias Relacionadas.

Cresce a integração dos sistemas de pagamento na América Central

No final de 2011, cerca de 50 bancos já faziam parte do [Sistema de Interconexão de Pagamentos da América Central](#) (SIP). Em funcionamento desde fevereiro de 2011, este sistema permite a realização de transferências entre os países do istmo em tempo real e a baixo custo, com altos níveis de segurança.

O SIP está legalmente no âmbito do [Tratado sobre Sistemas de Pagamento e de Liquidação de Valores da América Central e da República Dominicana](#), em vigência desde 2008.

Esta iniciativa se une aos mecanismos já existentes na região, que visam simplificar e diminuir os custos das transações. No entanto, o [Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos \(CCR\) da Associação Latino-Americana de Integração \(Aladi\)](#) e o [Sistema de Pagamentos em Moeda Local \(SML\) entre a Argentina e o Brasil](#) diferenciam-se do SIP em diversos aspectos.

Em primeiro lugar, estes sistemas estão restritos a transferências relacionadas com o comércio, enquanto o centro-americano incorpora todo tipo de transação, inclusive o envio de remessas. Em segundo lugar, no caso centro-americano é usado o dólar norte-americano, enquanto os outros empregam moedas locais. Por último, enquanto as outras iniciativas têm o objetivo específico de facilitar o comércio, o [Banco da Guatemala](#) destaca que a importância do Sistema se baseia em promover a modernização dos sistemas de pagamentos nacionais, e contribuir para a eliminação de restrições e ampliação do acesso aos pagamentos transfronteiriços.

O SIP funciona da seguinte maneira: se uma pessoa ou entidade dentro de qualquer um dos países centro-americanos participantes deseja realizar uma transferência de dinheiro para outro país da região, deve ordenar a operação na entidade financeira do seu país que participar do sistema. O pagamento pode ser realizado em moeda local – com o câmbio com o dólar norte-americano vigente nesse momento ou, diretamente, nessa moeda. A entidade local envia a operação ao Banco Central local, que a transfere ao Gestor Institucional do SIP – atualmente o Banco Central da República Dominicana. Depois o Gestor transfere o pagamento ao Banco Central do país de destino, que por sua vez o repassa ao banco comercial correspondente – que também deve fazer parte do SIP-. Finalmente o beneficiário do pagamento recebe um crédito em sua conta, com a opção de escolher se estará denominado em dólares ou em moeda local – novamente, ao câmbio desse momento -. Enquanto nas operações inicial e terminal pode intervir a moeda local, a cadeia de pagamentos intermediária é em dólares norte-americanos.

As transações não demoram mais de duas horas, e o custo é de US\$ 5, independentemente do montante da transação. Segundo uma [comunicação à imprensa](#), uma transferência representava uma despesa de pelo menos US\$ 35 antes da implementação do SIP, e seu valor aumentava segundo o montante a pagar.

Do SIP participam os bancos centrais e entidades financeiras - estas últimas em caráter voluntário - de El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.^[1] Costa Rica ainda deve adequar os regulamentos para realizar operações.

Matérias relacionadas:

- BID-INTAL. [“Plano de Ação da América Central 2011: Segunda Rodada”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 177*, maio de 2011.

^[1] Na Guatemala, Nicarágua e República Dominicana, todos os bancos aderiram ao SIP, enquanto em El Salvador e Honduras só alguns.

Mais perto da União Alfandegária

Entre 28 de novembro e 2 de dezembro foi realizada em San Salvador, El Salvador, a [terceira e última rodada de negociação da União Alfandegária Centro-Americana](#) do segundo semestre de 2011. Em meados de 2010, os países membros do Subsistema de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) estabeleceram um mecanismo de negociação por meio de três rodadas semestrais, nas quais se reúnem mesas de discussão sobre assuntos específicos, com o objetivo de eliminar os obstáculos para a formação de uma União Alfandegária.

Nesse encontro, reuniram-se os Grupos Técnicos Tarifário, de Informática Alfandegário, Normativo Alfandegário e de Registro. Os principais avanços foram realizados neste último grupo, que finalizou sete Regulamentos Técnicos Centro-Americanos (RTCA).

Além disso, o Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco) autorizou a redução de direitos tarifários sobre a importação de 24 insumos da indústria alimentícia que não são produzidos na região; revisou os avanços no processo de adesão do Panamá e avaliou o trabalho dos Grupos Técnicos.

Mais detalhes sobre os avanços conseguidos nos Grupos Técnicos e na reunião do Comieco estão disponíveis nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#)

Matérias relacionadas:

- BID-INTAL. [“Panamá é observador na Rodada da União Alfandegária”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 183*, novembro de 2011.
- BID-INTAL. [“Prioridades da integração centro-americana para o segundo semestre de 2011”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 180*, agosto de 2011.
- BID-INTAL. [“Negociações Comerciais na América Central”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 172*, dezembro de 2010.
- BID-INTAL. [“Avanços na integração intra-centro-americana: o Plano de Ação 2011”](#), em: *Carta Mensal Intal N° 175*, março de 2011.



Comunidade Andina

Países da CAN analisam diversos aspectos da integração andina

Em 7 de dezembro passado, ocorreu um Encontro Andino de Integração nas instalações da Secretaria Geral da Comunidade Andina de Nações (CAN) em Lima, Peru, com o objetivo de refletir sobre temas relacionados com a integração sub-regional. Foram realizadas várias reuniões paralelas. No âmbito econômico-comercial destacam-se o 108º período de Sessões Ordinárias da Comissão da CAN; a 7ª Reunião do Comitê Andino de Promoção de Exportações; a Reunião do Comitê Andino de Micro, Pequenas e Médias Empresas; e a Reunião dos Bancos de Desenvolvimento.

Durante a 108ª Reunião da Comissão, os ministros de Comércio Exterior aprovaram várias normas comunitárias relativas ao comércio, à saúde pública, animal e ambiental e ao turismo. Entre outros, foi aprovado um plano estratégico para facilitar o comércio que prevê a criação de um manual comunitário de gestão de riscos em matéria aduaneira e o desenvolvimento de um banco de dados. Além disso, foram estabelecidas diretrizes para formar um sistema de informações sobre estatísticas de turismo em nível comunitário.

Por outro lado, durante as reuniões paralelas do Comitê Andino de Promoção de Exportações e dos Bancos de Desenvolvimento da CAN, os países se comprometeram a desenvolver um trabalho conjunto para fortalecer o setor produtivo regional, em particular às micro, pequenas e médias empresas (Mipyme, sigla em espanhol), e a projeção para terceiros mercados.

Além disso, durante o seminário sub-regional “Fortalecimento da empregabilidade e tutela dos direitos trabalhistas” foram destacados os avanços obtidos com relação à Decisão Comunitária 545 (instrumento andino de migração trabalhista). O evento realizado no dia 15 de dezembro foi organizado pelo Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego em coordenação com a Secretaria Geral da CAN, a Organização Internacional para o Trabalho (OIT) e a Organização Internacional para as Migrações. A Decisão 545, estabelecida em 2003, cria o Instrumento Andino de Integração Trabalhista com o objetivo de que todos os trabalhadores andinos tenham os mesmos direitos trabalhistas nos países da região. Na reunião, destacou-se a experiência positiva do Peru, primeiro país andino em implementar a Decisão a partir de 2006, e que conseguiu um progressivo

crescimento no tratamento nacional aos cidadãos dos outros países andinos que têm contratos de trabalho com carteira assinada.

Para mais informações veja os seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#); [\[3\]](#)

Peru e Venezuela fortalecem relação bilateral

No dia 7 de janeiro de 2012, em uma cerimônia realizada na central hidrelétrica venezuelana José Antonio Páez, os presidentes do Peru, Ollanta Humala, e da Venezuela, Hugo Chávez, assinaram nove acordos que visam fortalecer a relação bilateral. Os mandatários assinaram [acordos](#) de cooperação em matéria social; hidrocarbonetos e petroquímica; prevenção de riscos de desastres; regularização da situação migratória; comercialização de tratores e implementos agrícolas e complementação produtiva.

Além disso, durante o encontro os países assinaram um **Acordo de Alcance Parcial de Natureza Comercial para promover o intercâmbio comercial**, mediante a concessão de preferências tarifárias recíprocas às importações de produtos originários de ambos os países. Na [Comunicação Conjunta](#), os mandatários destacaram a importância deste último acordo para impulsionar a relação econômica mediante o aprofundamento da complementaridade produtiva entre os países e o aumento na participação das pequenas e médias empresas. Este acordo substitui as preferências que os dois países se outorgavam no âmbito da Comunidade Andina de Nações (CAN), e que caducaram em abril passado quando a Venezuela saiu do bloco.[\[1\]](#)

Para mais informações veja o seguinte [link](#).

Matérias relacionadas:

- BID-INTAL. “[Negociações da Colômbia e do Peru com a Venezuela](#)”, em: *Carta Mensal Intal N° 184*, dezembro de 2011.
- BID-INTAL. “[Renovadas as preferências tarifárias da Venezuela com o Peru e a Colômbia](#)”, em: *Carta Mensal Intal N° 183*, novembro de 2011.

[\[1\]](#) Veja BID-INTAL. “[Países andinos renegociam preferências com a Venezuela ao concretizar sua saída da CAN](#)”, em: *Carta Mensal Intal N° 176*, abril de 2011.



MERCOSUL

Contexto externo motiva exceções transitórias à Tarifa Externa Comum

No dia 20 de dezembro foi realizada em Montevideu, Uruguai, a **42ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul** e a **9ª Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum**.

Os Presidentes dos países do bloco aprovaram um mecanismo para gerar novas exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) para determinados bens, no contexto da crise internacional. A Decisão N° 39/11 estabelece “ações pontuais no âmbito tarifário por razões de desequilíbrios comerciais decorrentes da conjuntura econômica internacional”. A partir desta Decisão, os Estados Partes ficaram autorizados a elevar, de forma transitória, as alíquotas do imposto de importação acima da TEC para os bens originários de extrazona. É preciso apontar que não se trata de um aumento geral da TEC, mas sim uma ferramenta opcional: só afetará o país que decidir adotá-la e não aos demais. Além disso, as alíquotas não poderão ser superiores ao máximo consolidado pelos Estados Partes na Organização Mundial do Comércio (OMC), que é de 35%. Também não poderão superar em cada país-membro a quantidade de 100 posições tarifárias NCM. Em resumo, amplia-se a lista de exceções vigentes à TEC (de 100 posições para a Argentina e o Brasil, 649 para o Paraguai e 225 para o Uruguai), mas em vez de uma redução da alíquota, este mecanismo permite um aumento. Por meio do mecanismo acordado, cada país poderá apresentar uma lista com as posições tarifárias propostas e os sócios terão 15 dias para apresentar sua concordância. Após aprovadas, as modificações podem durar até 12 meses, podendo ser prorrogadas por esse mesmo período. A medida foi impulsionada pelos sócios maiores, que visam proteger os seus mercados de repentinos aumentos nas importações originárias de países extrazona. Por sua vez, os sócios menores, Paraguai e Uruguai, com menor interesse em limitar as importações extrabloco, condicionaram o seu apoio à decisão solicitando a redução das medidas não tarifárias dentro do bloco.

Além disso, foi assinada a [Ata N°01/11](#), na qual as delegações anunciaram a criação de um Grupo de Diálogo de Alto Nível para promover a incorporação de novos membros plenos ao bloco regional, como passo fundamental para a consolidação do bloco e o fortalecimento do processo de integração da América do Sul.

Na 42ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, o Uruguai transferiu a Presidência *Pro Tempore* para a Argentina e os países do bloco divulgaram uma [Comunicação Conjunta](#). Quanto à **agenda externa**, foi assinado um Tratado de Livre Comércio com o Estado da Palestina, ao mesmo tempo que se enfatizou a necessidade de impulsionar a agenda de negociações extrarregionais, especialmente com a União Europeia, o Canadá, a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) e o Japão. Além disso, ratificou-se a necessidade da rápida conclusão do processo de adesão da Venezuela ao bloco como membro pleno, e se destacou a importância da criação de um Grupo *Ad Hoc* para definir os termos da adesão do Equador ao bloco. Com relação à **agenda interna**, os presidentes se mostraram satisfeitos com os trabalhos do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul, em particular dos setores naval, aeronáutico e de energia eólica. Sobre o Programa de Consolidação da União Alfandegária, assinalaram os avanços do projeto de regulamentação da primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira, reiterando a necessidade de estabelecer uma compensação para o Paraguai por sua condição de país sem litoral marítimo e com elevada dependência da receita alfandegária. Por outro lado, os Estados Partes e os Estados Associados divulgaram uma [Comunicação Conjunta](#) em que manifestaram seu apoio à adoção de medidas que aumentem o intercâmbio comercial entre os países da América do Sul, baseadas na cooperação, complementaridade e integração das cadeias produtivas. Além disso, em 19 de dezembro foi realizada a **42ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum**, a partir da qual foi emitida a [Ata N°02/11](#) com numerosas normas. Cumpre mencionar que as resoluções acordadas haviam sido discutidas previamente na [17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Comércio do Mercosul](#), realizada em Montevideu no dia 15 de dezembro.

A publicação recente do [Informe MERCOSUR N°16](#) é de grande utilidade para contextualizar esta Cúpula. O Capítulo 2 descreve os fluxos comerciais dos países do bloco, com especial tratamento do comércio intrarregional. Destaca-se o crescimento do comércio intrazona (p. 37-38), o significativo aumento das importações originárias da Ásia (p. 38-40), ao mesmo tempo que inclui uma seção sobre a vinculação comercial das economias menores do bloco (p. 51-59). O Capítulo 3 trata em profundidade das negociações da Agenda Interna, e em especial da agenda comercial (p. 62-91).

Matérias relacionadas:

- BID-INTAL. [Informe MERCOSUR N°16](#). Serie Informes Subregionales de Integración. Buenos Aires, dezembro de 2011.

UNASUL

BID ratifica apoio a iniciativas regionais da Unasul

Em 19 de dezembro passado, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, em reunião em Quito, Equador, com a Secretária Geral da Unasul, María Emma Mejía, ratificou o compromisso da instituição em contribuir com o financiamento da [Agenda de Projetos Prioritários de Infraestrutura](#) (API), aprovada recentemente em Brasília.

A API é o conjunto de 31 projetos do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan), que têm caráter estratégico e de alto impacto para a integração física e o desenvolvimento socioeconômico regional. Inclui 88 obras de infraestrutura relativas a portos, centros logísticos, centros de fronteira, hidrovias, ferrovias, estradas, pontes, túneis, linhas de transmissão de energia, aeroportos, gasodutos e sistemas de transporte multimodal, a serem executadas em um prazo de dez anos.

O objetivo do Cosiplan é promover a conectividade da região a partir da construção e operação eficiente da infraestrutura, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o ambiente e o equilíbrio dos ecossistemas, reconhecendo e dando continuidade às conquistas e aos avanços da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). O [estatuto](#) e o [regulamento](#) do Cosiplan incluem a Iniciativa IIRSA como o seu fórum técnico de infraestrutura. Assim, o BID, a CAF e o Fonplata continuarão colaborando e participando diretamente do desenvolvimento físico da região, como vieram fazendo ao longo da primeira década de existência da IIRSA.^[1]

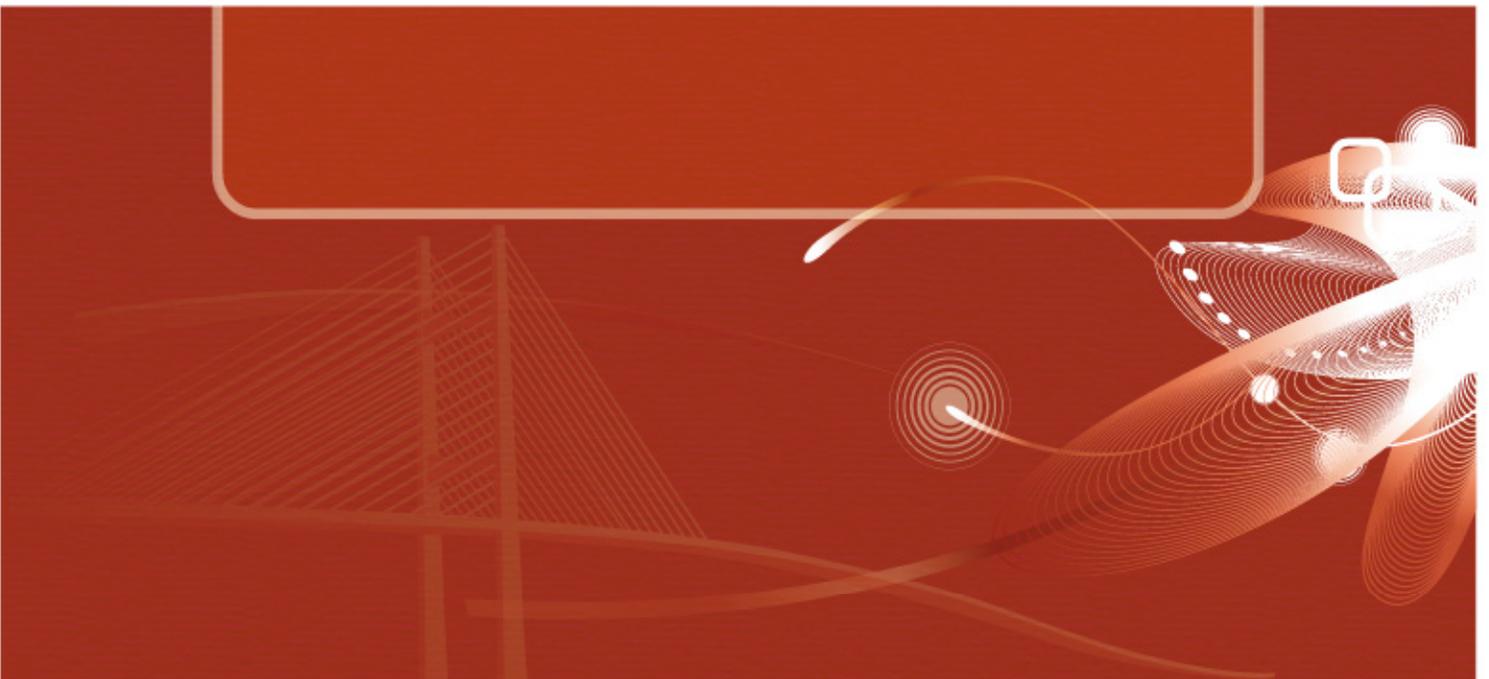
Na reunião realizada entre Moreno e Mejía foram avaliados os possíveis mecanismos de financiamento para poder concluir em uma década os 31 projetos que exigem um montante de investimentos estimado em US\$ 13,6527 bilhões. A Secretária-Geral da Unasul informou que em fevereiro de 2012 será realizada uma reunião de ministros sul-americanos para projetar essa estratégia de financiamento.

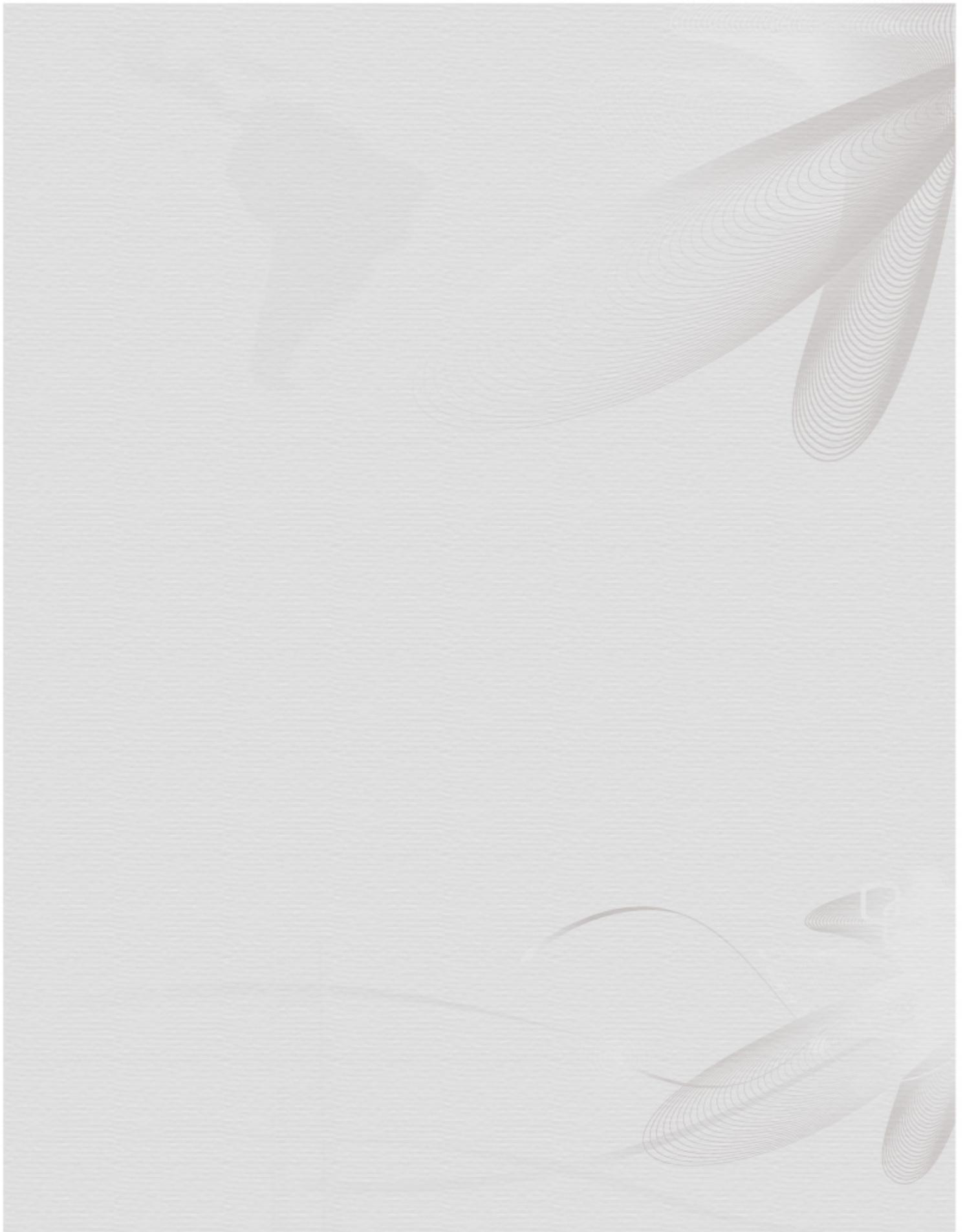
Para mais informações veja a seguinte [matéria](#), disponível no novo site da Unasul:
<http://www.unasursg.org>.

[1] Veja BID-INTAL. “[Unasul e a infraestrutura](#)”, em: *Carta Mensal Intal N° 184*, dezembro de 2011.



Panorana Regional e Global





Rússia e países menos adiantados no vértice da Conferência da OMC

A adesão da Rússia, o reconhecimento de algumas das necessidades dos países menos adiantados (PMA) e a ampliação do Acordo de Contratação Pública (ACP) foram os principais acordos alcançados na 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O encontro aconteceu em Genebra, Suíça, entre 15 e 17 de dezembro de 2011, e a agenda constou de uma sessão plenária e três jornadas de trabalho com os lemas “Importância do sistema multilateral de comércio e da OMC”, “Comércio e desenvolvimento” e “Programa de Doha para o Desenvolvimento”, respectivamente.

A Conferência Ministerial tem competência para adotar decisões com relação a qualquer um dos Acordos Comerciais Multilaterais, e constitui o máximo órgão decisório da OMC. A Conferência se reúne a cada dois anos e é formada por todos os países-membros do organismo.

Adesão da Rússia

Um dos principais resultados da 8ª Conferência Ministerial foi a aprovação do Protocolo de Adesão da Rússia à OMC, processo que se concluiu depois de 18 anos de negociações.

Quando a Rússia notificar ao organismo a ratificação do Protocolo pelo seu parlamento, passará a ser membro pleno da OMC. A partir desse momento a Rússia aplicará as disposições comprometidas nos prazos determinados.

No caso do Acordo sobre os Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (ADPIC), este seria observado sem haver um período de transição, enquanto o processo de redução e desoneração tarifária ocorrerá em um período máximo de oito anos, apesar de um terço das partidas se modificar no momento da adesão. A Rússia se comprometeu a reduzir as suas tarifas sobre numerosos produtos (lácteos, cereais, oleaginosas e seus derivados, produtos químicos, carros, maquinaria elétrica, madeira e papel, e açúcar) que levará a média máxima da tarifa dos produtos agropecuários de 13,2% para 10,8%, e dos manufaturados de 9,5% para 7,3%. A tarifa máxima média total será de 7,8%. Além disso, serão eliminadas as restrições quantitativas à importação e se prescindirá de licenças de importação para produtos como álcoois, farmacêuticos e bens com tecnologia de encriptação.

Em serviços, os compromissos assumidos permitirão a instalação de empresas estrangeiras nos setores de seguros, bancário, de distribuição, entre outros.

Com o objetivo de se adaptar às normas comerciais multilaterais, a Rússia começou um processo de modificação em sua legislação nacional. Entre os diversos âmbitos, os de maior impacto se referem aos programas de subvenções industriais, os quais devem ser eliminados ou transformados para adaptá-los às normativas da OMC; as subvenções agrícolas, que a Rússia se comprometeu a reduzir gradualmente; as medidas sanitárias e fitossanitárias, que devem estar em conformidade com as normas internacionais; assim como os regulamentos técnicos e procedimentos relacionados com o Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio. Estas adaptações ganham especial importância no âmbito agropecuário e de combustíveis, setores que constituem as principais exportações russas.

Cumpra lembrar que, como membro da OMC, a Rússia se compromete também a revisar a legislação periodicamente. Além disso, a adesão fomentará maior transparência por meio do compromisso de publicar todas as leis e regulamentos sobre cargas e trânsito de mercadorias, direitos alfandegários e outros impostos.

Entre os ganhos genéricos que, espera-se, a Rússia obtenha com a entrada na OMC, encontram-se o aumento na qualidade das mercadorias, um maior dinamismo no clima de negócios, assim como maior previsibilidade e estabilidade, a possibilidade de recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias, facilidades para evitar restrições comerciais e a criação de novas oportunidades. Um estudo do Banco Mundial^[1] afirma que a Rússia terá ganhos expressivos pelo acesso à OMC. No entanto, também explica que os benefícios não virão majoritariamente do acesso a mercados, mas sim das reformas internas que a Rússia tem realizado e ainda deverá realizar. Deve-se destacar que a Rússia já é o 12º exportador mundial de mercadorias e representou 2,6% das vendas externas totais realizadas em 2010. Nesse ano suas remessas ao exterior foram de US\$ 400,132 bilhões, enquanto as compras ficaram em US\$ 248,738 bilhões, colocando-a no 18º lugar como importador em nível mundial.

Outra importante conclusão do mencionado estudo se refere ao fato de as demandas realizadas pela OMC para aceitar o ingresso da Rússia não terem sido excessivas em comparação com as condições enfrentadas pelos últimos países que conseguiram a adesão. Em particular, o relatório mostra que as tarifas consolidadas médias para a Rússia foram menores do que as de outros países que recentemente se tornaram membros da Organização - sem levar em conta os PMA -, afastando qualquer dúvida sobre a existência de obstáculos adicionais para esse país no seu ingresso à OMC. Durante a 8ª Conferência Ministerial também foram aprovadas as entradas à OMC de Samoa - dentro do grupo de PMA - e de Montenegro, depois de 13 e 7 anos de negociações, respectivamente.

Reconhecimento de necessidades para países menos adiantados

O artigo 19 do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) exige a outorga de tratamento especial para os PMAs nas negociações sobre o comércio de serviços. Devido a esse mandato, os Ministros da OMC aprovaram uma [exceção ao princípio de nação mais favorecida para o acesso a seus mercados de serviços para o grupo de PMA](#). Esta exceção, que durará 15 anos a partir da data de adoção, permite que os membros outorguem, de maneira voluntária, preferências aos PMAs sem estendê-la aos demais membros, mas sem a opção de discriminar dentro desse grupo, ou seja, as preferências dadas a um PMA se tornam extensíveis a qualquer outro membro desse conjunto de nações.

Também foram tomadas duas decisões que visam simplificar as condições que os PMAs enfrentam nos processos de adesão e adaptação aos acordos comerciais multilaterais. Por um lado, os ministros encarregaram o Subcomitê de PMA de realizar recomendações para potencializar a assistência técnica e a criação de capacidades para ajudar os PMAs no ingresso à OMC e na integração ao sistema multilateral de comércio, no mais tardar em julho de 2012. Por outro, solicitaram ao Conselho do ADPIC que considere prorrogar o período de adaptação ao acordo para os PMAs, cujo prazo vence em julho de 2013.

Ampliação de acordo de contratação pública

As primeiras negociações sobre contratação pública foram realizadas no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês) e datam de 1981. Depois da criação da OMC, em 1996 entrou em vigor o atual ACP e no ano seguinte começaram as negociações para melhorar o texto do acordo, ampliar seu âmbito de aplicação e eliminar cada vez mais as medidas discriminatórias ampliando o acesso a mercados.

O acordo abrange a aquisição de bens, serviços e infraestrutura de capital pelos poderes públicos, aspirando a uma maior abertura da contratação pública para a concorrência internacional.

Na [8ª Conferência Ministerial os membros do ACP encerraram as negociações](#), acordando a ampliação do alcance do acordo para outras entidades públicas, bens e serviços adicionais e novas disposições sobre transparência. A OMC estima que essas melhoras terão um impacto anual de US\$ 100 bilhões em novas oportunidades de acesso a mercados.

Dos mais de 150 membros que a OMC tem, na atualidade só 42 são parte do ACP, já que a participação no acordo é voluntária, e nove países se encontram em processo de adesão, entre eles a China. A importância deste acordo reside em que a contratação pública representa cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) na maioria dos países. Por exemplo, no caso da China, sua entrada ao ACP implicaria a abertura de um mercado de cerca de US\$1 bilhão anuais.

Novas questões-chave colocadas por alguns membros

No encerramento da 8ª Conferência Ministerial, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, destacou a existência de “preocupantes sinais de retração econômica e isolamento”, ressaltando que a “OMC é parte da solução para a crise”. Em face dessas palavras, os membros concordaram em resistir ao protecionismo no âmbito da atual crise internacional, advogando pela manutenção do *status quo* e acordaram manter os níveis do programa Ajuda para o Comércio em, pelo menos, a média de 2006-2008.

Além disso, de acordo com o [resumo apresentado pelo Presidente da Conferência Ministerial, Olusegun Olutoyin Aganga](#), Ministro de Comércio e Investimentos da Nigéria, entre a sessão plenária e as sessões de trabalho, os ministros colocaram os aspectos mais relevantes que, segundo seus pontos de vista, devem ser abordados pela OMC.

Alguns países solicitaram a inclusão de deliberações sobre mudanças climáticas, energia, segurança alimentícia, comércio e tipos de câmbio e concorrência e investimento, nos órgãos ordinários da OMC, com o objetivo de manter a credibilidade e a pertinência do organismo. Outros Ministros expressaram reservas com relação a esses argumentos, por temor ao adiamento de questões ainda não resolvidas. No entanto, deve se destacar que no planejamento para o primeiro trimestre de 2012 programou-se um seminário sobre tipos de câmbio e comércio.

Além disso, transmitiu-se uma certa preocupação pela proliferação de acordos comerciais regionais e por seu papel *vis-à-vis* o sistema multilateral de comércio.

Em relação à Rodada de Doha surgiram diferentes propostas para chegar a acordos provisórios ou definitivos de curto prazo, mas sem mostrar aproximação entre as posições. Continuam sendo observadas dificuldades entre as partes para chegar a um acordo.^[2]

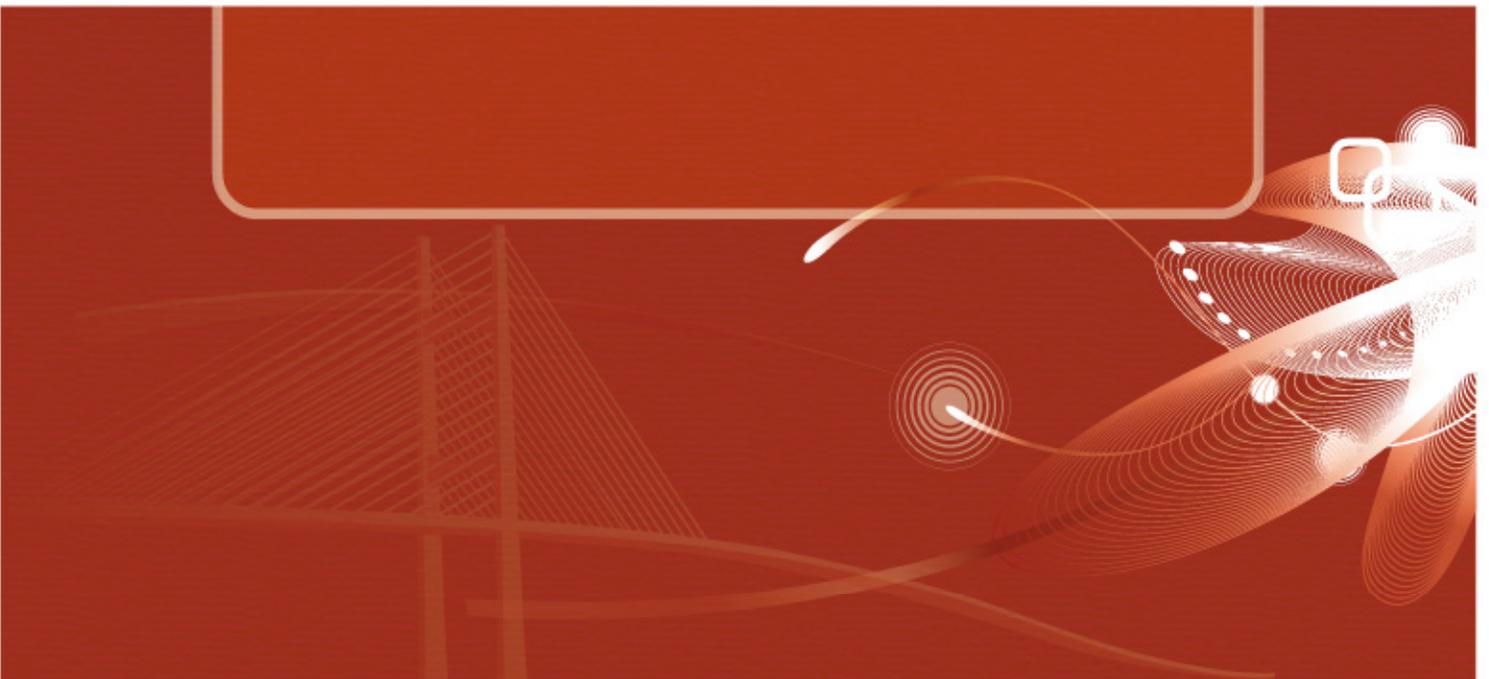
Os documentos oficiais da Conferência Ministerial se encontram disponíveis no seguinte [link](#).

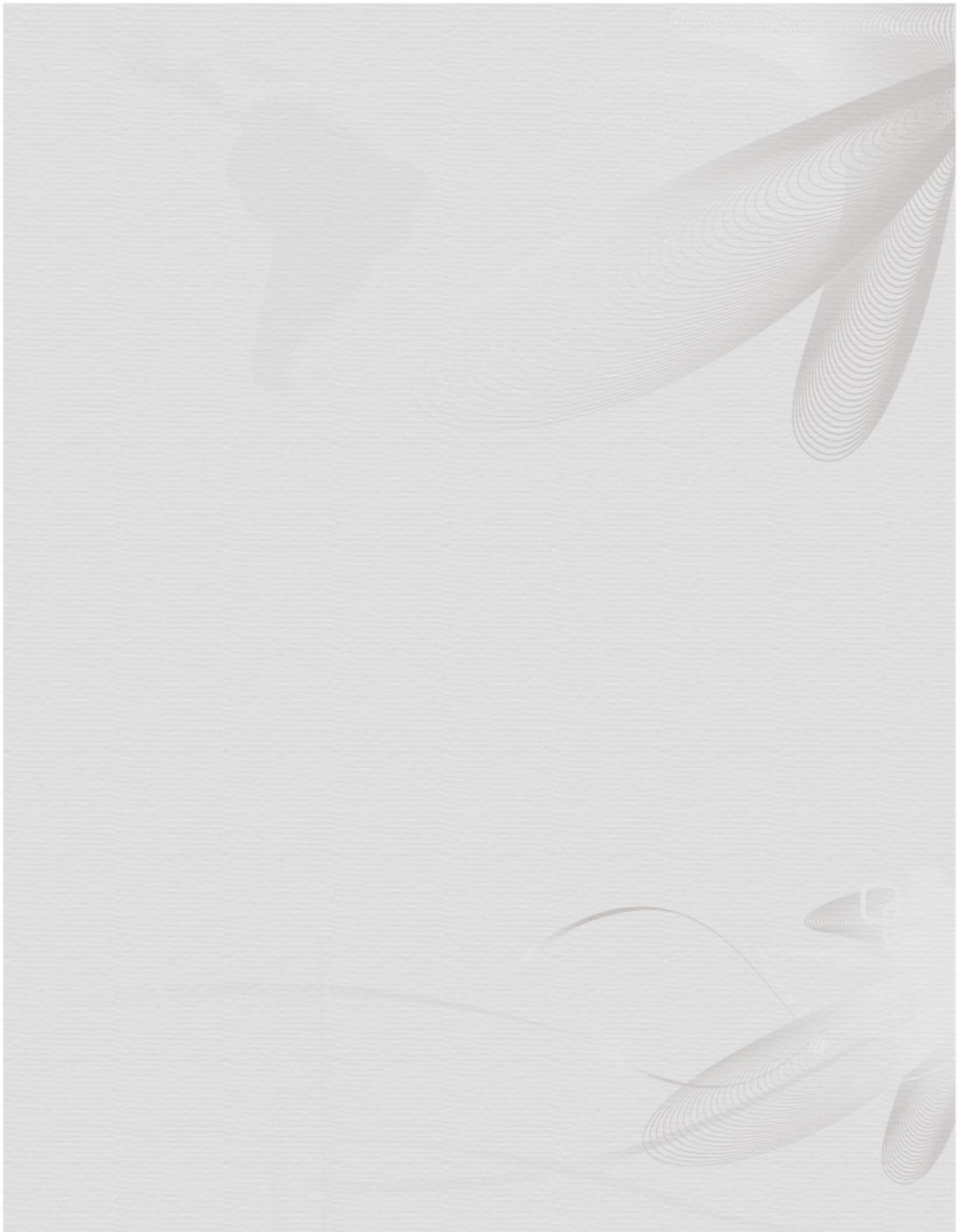
[1] Tarr, David. 2007. [“Russian WTO Accession: What Has Been Accomplished, What Can be Expected”](#), Policy Research Working Paper 4428. Banco Mundial. Dezembro.

[2] Veja BID-INTAL. [“Por que a Rodada de Doha não termina?”](#), em: *Carta Mensal Intal Nº 177*, maio de 2011.



Atividades do BID-INTAL





BID promove segurança e facilitação do comércio

Nos dias 8 e 9 de dezembro foi realizada na Sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, a Reunião do Diálogo Regional de Política da Rede de Comércio e Integração com o lema Integração Regional e Global da América Latina: Segurança e Facilitação do Comércio nos Corredores de Integração. Esta iniciativa do BID reúne funcionários de alto nível dos governos nas áreas de comércio e integração e diretores de alfândegas para discutir segurança e facilitação do comércio na América Latina e no Caribe.

Durante a primeira jornada, a reunião se concentrou na discussão dos aspectos-chave das políticas de facilitação comercial e dos instrumentos disponíveis para estimular os fluxos comerciais transfronteiriços. Além disso, houve conversações sobre a racionalização dos regulamentos e procedimentos alfandegários e as vantagens da cooperação regional e da coordenação de políticas no âmbito dos corredores de integração. Foi apresentada ainda a nova [Estratégia de Integração Competitiva Regional e Global](#) recentemente aprovada pelos governadores do Banco, no âmbito da nona reposição de capital.^[1]

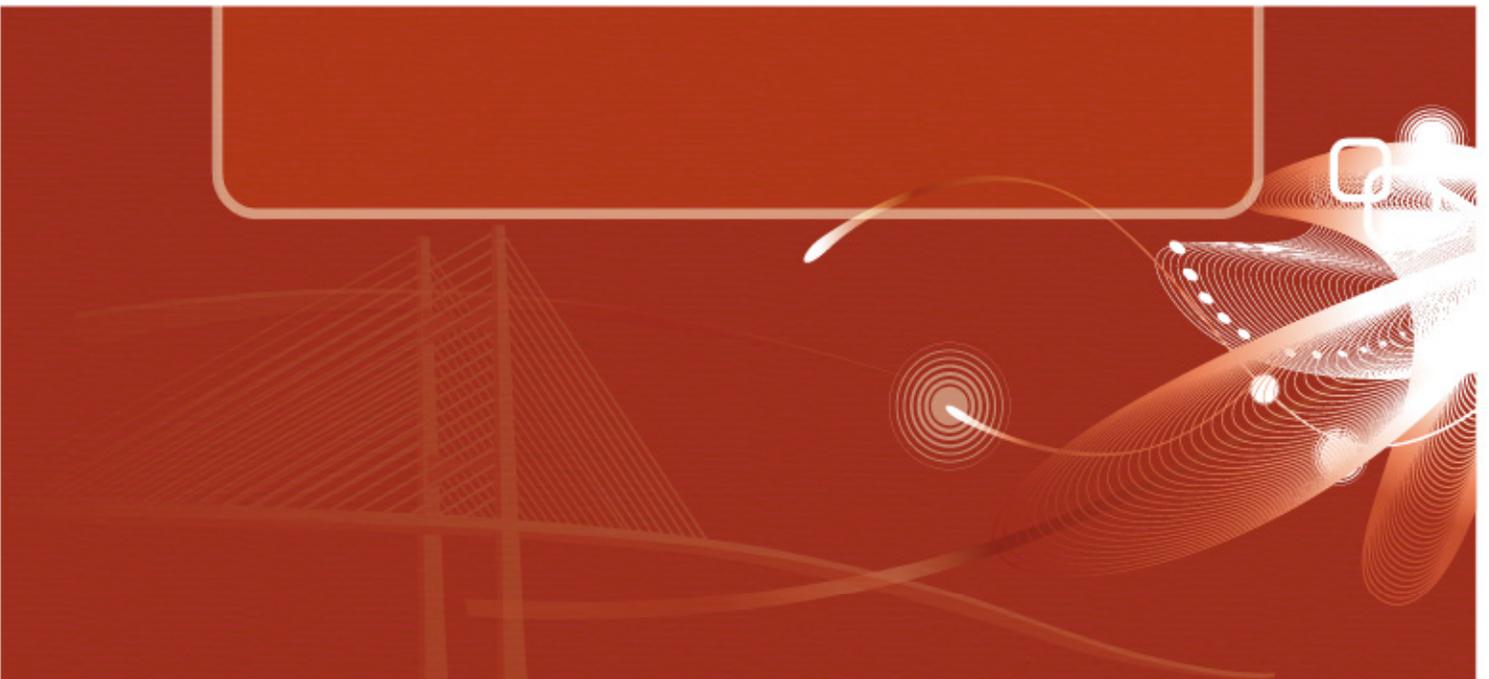
No segundo dia houve visitas de trabalho ao Porto de Baltimore para conhecer os estabelecimentos da Alfândega, as autoridades portuárias e as instalações de inspeção e de exame de contêineres.

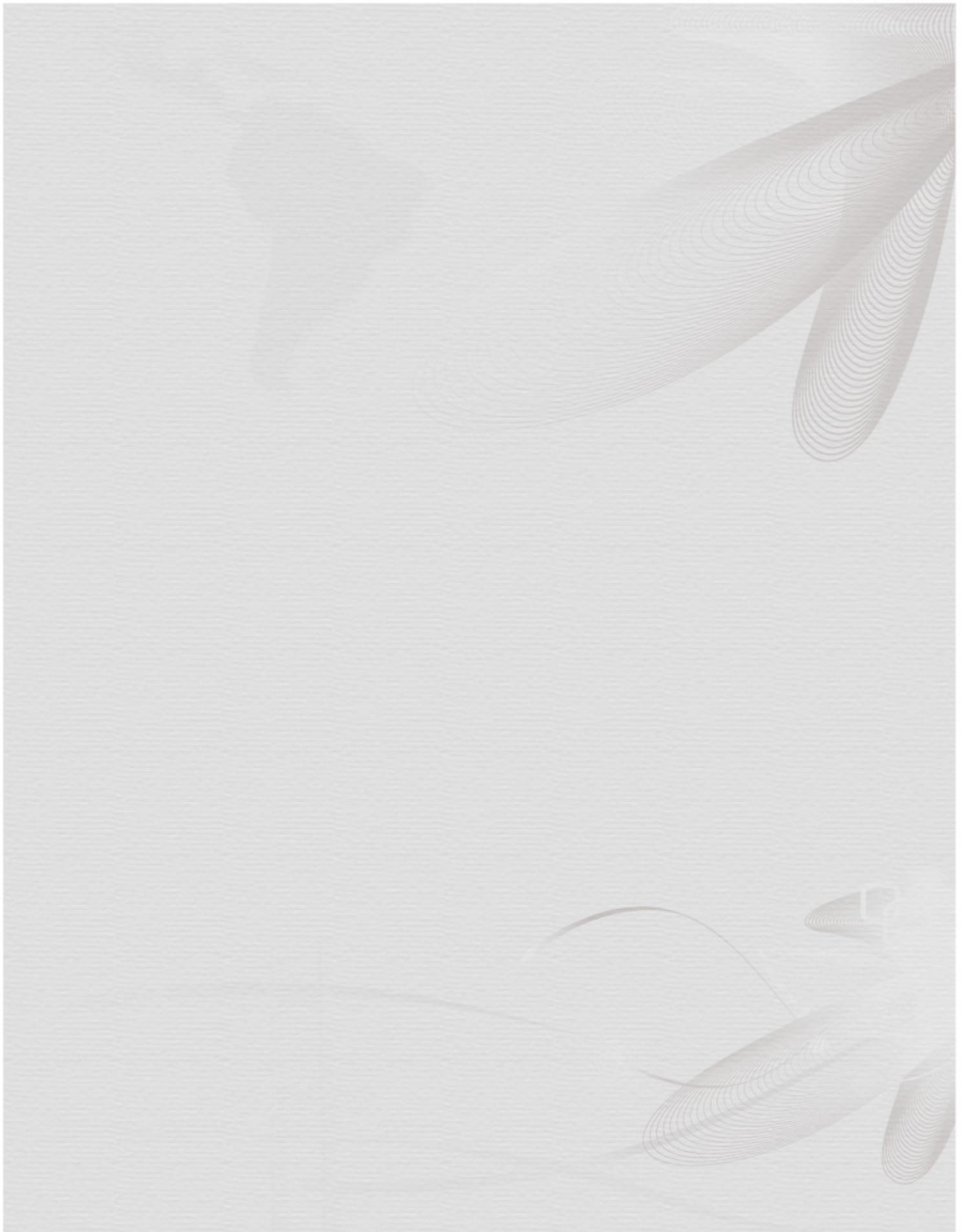
A agenda da reunião e documentos relacionados ao encontro estão disponíveis no seguinte [link](#).

[1] Ver BID-INTAL. [“Reunião Anual da Assembleia de Governadores do BID”](#), em: *Carta Mensal INTAL Nº 176*, abril de 2011.



Publicações BID-INTAL





Informe MERCOSUL N° 16 (publicação em breve)

Resumo Executivo

O *Informe MERCOSUL N° 16* (julho de 2010 - junho de 2011) analisa o panorama macroeconômico e os fluxos comerciais dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), assim como os principais aspectos do processo de integração do bloco, tanto na agenda interna quanto na externa.

Panorama Macroeconômico e Cenário Global: De acordo com estimativas preliminares, o PIB mundial aumentaria 4% interanuais em 2011, desacelerando 1,1 ponto percentual em comparação com o ano anterior. Essa desaceleração, que começou no segundo semestre de 2010, continuou no primeiro de 2011, ao mesmo tempo que as políticas fiscais das economias centrais – como a dos Estados Unidos e a da Eurozona – se dirigiam a posições restritivas, devido ao crescimento dos déficits e à crise da dívida soberana em vários países da Europa. Além disso, não foram debeladas as dificuldades em segmentos importantes do sistema financeiro internacional. Segundo as projeções recentes mencionadas, o produto dos países desenvolvidos crescerá apenas 1,6% em 2011. Já os países emergentes cresceriam 6,4% em 2011, impulsionados pela Ásia, que continua sendo a região mais dinâmica. Finalmente, os volumes de comércio mundial recuperaram, no final de 2010, os níveis de 2008, embora depois tenham sofrido uma desaceleração, enquanto os preços ainda se mantêm abaixo dos máximos prévios à crise.

A deterioração do saldo do comércio de bens continua se traduzindo em uma piora da conta-corrente dos membros plenos do Mercosul. A conta capital e financeira foi superavitária em todos os países durante 2010; só na Argentina esse resultado se reverteu na primeira parte de 2011. O PIB dos membros plenos do Mercosul se recuperou rapidamente em 2010 depois da crise de 2009, impulsionado pela demanda interna, destacando-se o papel do consumo privado e dos investimentos, ao passo que a contribuição das exportações líquidas foi negativa. Com exceção da Venezuela, que retomaria o crescimento, a previsão é de uma desaceleração das economias em 2011. A rápida recuperação da atividade dos países do bloco durante 2010 tornou possível a retirada gradual das políticas expansivas que tinham sido implementadas no ano anterior para enfrentar a crise internacional, mantendo o caráter contracíclico das medidas. Os indicadores de emprego e pobreza melhoraram durante 2010 e na primeira metade de 2011, exceto na Venezuela.

Evolução do comércio e dos investimentos estrangeiros diretos: Os fluxos de comércio do Mercosul atingiram um novo recorde de US\$ 537,448 bilhões em 2010. O maior crescimento das importações (42,4%) em relação às exportações (29,5%) levou a uma redução do superávit comercial, que ficou em US\$ 25,186 bilhões. No primeiro semestre de 2011 as exportações mantiveram o ritmo de expansão do ano anterior (29,9% i.a.), enquanto as importações desaceleraram seu crescimento para 31,8% i.a.

Como o aumento das vendas externas do Mercosul foi maior do que o das importações mundiais, a participação do bloco nas compras externas globais subiu para 1,82% em 2010, tendência que continuou na primeira metade de 2011. O nível de comércio intrazona do Mercosul a preços correntes (a soma das exportações dos países destinadas aos outros três sócios), em relação às exportações totais do bloco, ficou em 15,7% em 2010, e continua mostrando um lento mas persistente aumento do nível mínimo alcançado em 2002. O intercâmbio intrazona atingiu um máximo de US\$ 44,077 bilhões em 2010 e no primeiro semestre de 2011 foi levemente superior a

US\$ 25 bilhões.

O intercâmbio do Mercosul se ampliou com todas as regiões do mundo em 2010, destacando-se a Ásia como o mercado mais dinâmico para as vendas do bloco, além de ser a principal origem das importações extrazona. Cabe destacar que essa região, que em 2002 se encontrava depois da União Europeia e do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), na atualidade é o principal sócio comercial do Mercosul, representando cerca de um terço dos intercâmbios extrazona do bloco. O comércio com os países da Aladi, apesar de representar uma pequena porcentagem do total, explica grande parte do resultado positivo da balança comercial do bloco. As exportações para o TLCAN e a UE aumentaram menos do que as importações vindas dessas regiões, ampliando o déficit comercial do bloco no primeiro caso e reduzindo o superávit no segundo. Enquanto na Argentina e no Brasil o impulso das vendas externas em 2010 foi provocado mais pelos preços de exportação do que pelas quantidades, para os sócios menores o impacto do crescimento da quantidade exportada foi maior do que o efeito dos preços.

Com relação ao comércio com a Venezuela, as vendas externas do Mercosul para esse destino cresceram mais do que as importações totais do país sul-americano. Por sua vez, as compras do bloco ao sócio comercial cresceram mais do que as vendas totais desse país em 2010. Apesar de o Brasil continuar sendo o principal exportador do bloco para a Venezuela, no primeiro semestre de 2011 as vendas cresceram apenas 0,4% i.a. enquanto as exportações argentinas aumentaram 27,0% i.a.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Mercosul atingiu um novo recorde de US\$ 58,189 bilhões em 2010, levemente acima do máximo histórico de 2008. No primeiro semestre de 2011, os dados preliminares indicam que o IED foi de quase US\$ 36,077 bilhões. O impulso vem do Brasil, que é o principal receptor de IED do bloco.

O capítulo inclui uma seção sobre a relação comercial e o desenvolvimento produtivo das menores economias do bloco, o Paraguai e o Uruguai, analisando sua inserção no período 1992-2008.

Agenda Interna: Durante as Presidências *Pro Tempore* (PPT) brasileira e paraguaia não se manteve o ritmo de progresso do período anterior, embora tenham sido feitos alguns avanços em temas como integração produtiva, eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e distribuição da renda alfandegária. No final de 2010 foi aprovado o Programa de Consolidação da União Alfandegária, com uma série de compromissos programáticos e um cronograma de tarefas da agenda comercial com uma perspectiva até 2019. O Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) avançou na harmonização de estatísticas. Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho para elaborar uma proposta de Política Automotiva Comum e outro para trabalhar e trocar informações sobre incentivos. Por outro lado, instruiu-se o Grupo de Integração Produtiva (GIP) do Mercosul a examinar alternativas de cooperação que contemplem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento para as micro, pequenas e médias empresas cujos projetos impliquem integração produtiva entre os estados-membros. Com relação às tarifas, criou-se um Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível com a missão de supervisionar os trabalhos sobre a primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda alfandegária. Instruiu-se o Grupo Alto Nível para Examinar a Consistência e a Dispersão da TEC (Ganaec) a levar uma proposta de revisão integral da TEC ao Grupo Mercado Comum (GMC) em 2014 para todo o universo, com exceção dos bens de capital e dos bens de informática e telecomunicações, que são analisados em um Grupo *Ad Hoc* específico. Além disso, foram redefinidos os prazos para o vencimento das Listas Nacionais de Exceções à TEC. Sobre os trabalhos de consolidação da união alfandegária, os sócios concordaram sobre a necessidade de reformular os procedimentos de

elaboração, revisão, incorporação e vigência dos Regulamentos técnicos, Procedimentos de Avaliação de Conformidade e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) aprovadas no Mercosul. Por proposta do Paraguai, foi disposto que os estados-membros apresentassem um primeiro conjunto de iniciativas destinado à superação das assimetrias do bloco e à inserção competitiva das economias menores. Por um lado, foi realizado um relatório contendo um diagnóstico regulatório dos setores de Serviços dos Estados Partes, definindo-os com base nas sensibilidades relativas para sua liberalização. Por outro lado, foram revisados os alcances do Protocolo e da Regulamentação das Contratações e se trabalhará em um documento de diretrizes gerais para a negociação de um instrumento em matéria de investimentos. Com relação ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), entrou em vigor o seu novo regulamento e foram aprovados quatro novos projetos.

No tocante aos aspectos institucionais, foi criado o cargo de alto representante geral do Mercosul e se continuou trabalhando no critério de representação cidadã para o Parlamento do Mercosul (Parlasul), cujo Orçamento foi aprovado. Nos aspectos sociais, continuou-se trabalhando no Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul e na conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do Mercosul e criou-se uma Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul.

Conflitos setoriais e contexto comercial: O Mercosul evidenciou um ressurgimento dos conflitos e das tensões comerciais, em parte explicado pelo menor crescimento das exportações em comparação com as compras para o resto do mundo, que deu lugar a uma queda do superávit comercial dos sócios. Registrou-se um aumento das medidas de proteção comerciais, principalmente nos dois sócios maiores, afetando tanto as origens extra quanto intrabloco. A ampliação do universo de produtos sujeitos a Licenças Não-Automáticas (LNA) por parte da Argentina afetou principalmente o Brasil e a China, mas também abalou os sócios menores. Essa medida teve como consequência um conflito com o Brasil e promoveu reclamações do Uruguai. O Brasil decidiu aplicar LNA às suas importações de carros, afetando as importações de todas as origens. Depois de longas negociações, os sócios maiores chegaram a um acordo limitando as restrições comerciais. Os setores em que se registraram as principais medidas de restrição comercial foram o automotivo, têxtil, de calçados, linha branca, lácteos e de pneus. De qualquer forma, a preocupação do Mercosul com a crescente participação da China nas suas importações manufatureiras continuou promovendo certa convergência de interesses e a utilização de outros instrumentos de defesa comercial por todos os sócios do bloco.

Agenda Externa: A partir de uma proposta do Paraguai, acordou-se estabelecer prioridades na agenda externa apoiando-se em análises e estudos de viabilidade sobre os benefícios potenciais esperados de diversas negociações, incluindo acordos comerciais, tratados de cooperação e vinculações políticas. No período continuaram as negociações com a União Europeia, alcançando alguns avanços nos textos regulatórios e normativos, embora não se tenha concretizado um intercâmbio de ofertas, e retomou-se o diálogo com o Canadá para avaliar a possibilidade de formar uma área de livre comércio (ALC).

Paralelamente às frentes de negociação abertas com países desenvolvidos, o Mercosul teve certos progressos em diferentes formatos de entendimento com os países em desenvolvimento, embora muitos deles ainda não tenham superado a etapa de acordos marco ou de preferências muito limitadas. O acordo Mercosul-Egito foi ratificado pelos países sócios, com exceção da Argentina, e entrou em vigência o acordo com Israel. Nas rodadas de negociação com a Jordânia foram analisadas as ofertas de desoneração tarifária sem atingir os consensos para a formação de uma ALC. Foi assinado com a Turquia um memorando para o diálogo político e a cooperação entre as

partes, e com a República Árabe Síria um Acordo Marco para a criação de uma ALC, que ainda não foi ratificado pelo Uruguai e pelo Paraguai. Entrou em vigor o Acordo Marco de Comércio entre o bloco e o Marrocos e foi assinado um Acordo Marco de Comércio e Cooperação Econômica com a Organização para a Liberação de Palestina.

Os países do Mercosul participaram de forma ativa da Unasul, onde se destacam diversas ações do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças e os trabalhos técnicos realizados para o Plano Estratégico 2012-2022 do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e seu fórum técnico, a IIRSA. Além disso, participaram da formulação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e mantiveram encontros regulares com os países da Aladi.

Revista Integración & Comercio recebe artigos para edição 34



Integração física na América Latina e no Caribe

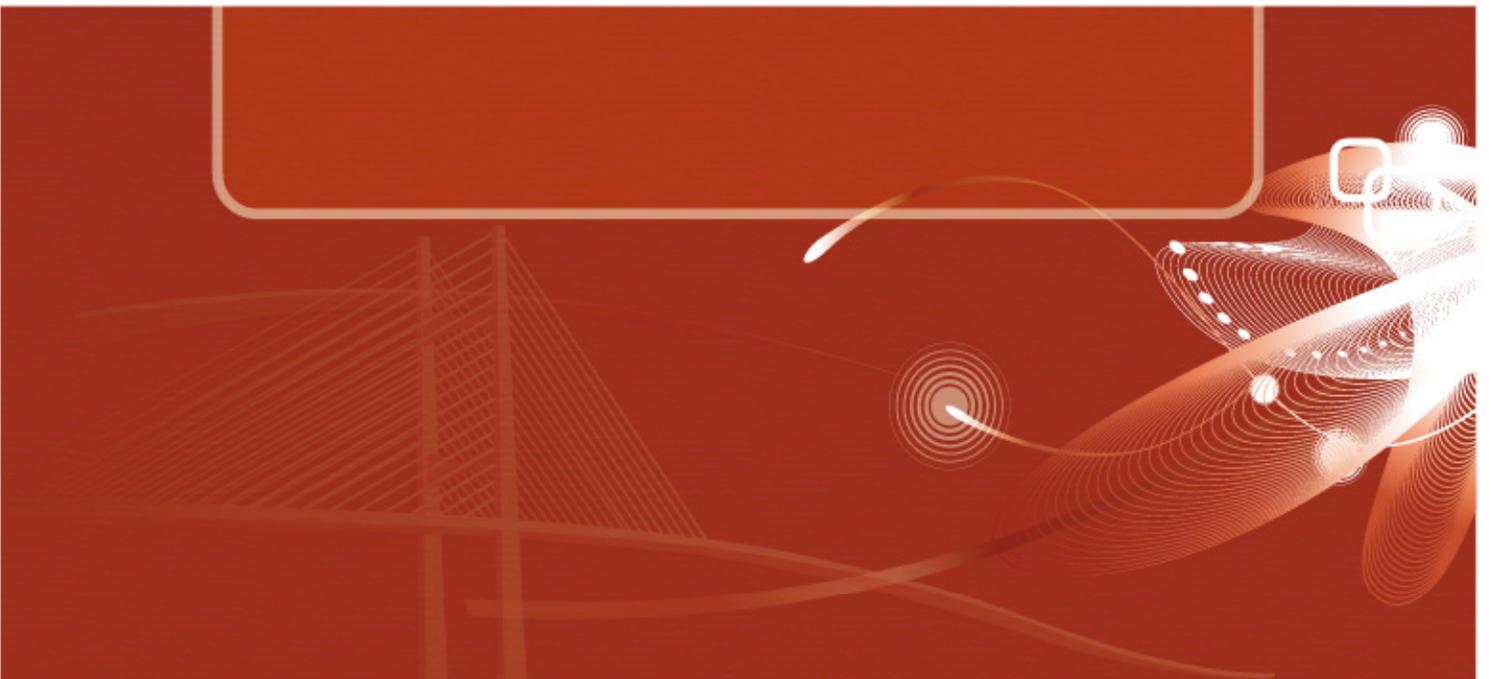
O desenvolvimento da infraestrutura com visão regional para melhorar a conectividade física nas suas várias modalidades representa hoje um aspecto-chave para a integração regional e a competitividade global da América Latina e do Caribe. Há evidências empíricas que apontam, indiscutivelmente, que a incidência dos custos de transporte é maior do que a das tarifas alfandegárias para os países da região.^[1] A América Latina e o Caribe avançaram comparativamente mais nas reformas do comércio exterior e dos regimes de investimentos do que na melhora e na eficácia dos serviços de infraestrutura. A disponibilidade de redes de energia, comunicação e transporte nos seus diversos modos, incluindo as facilidades logísticas, são essenciais para consolidar a inserção dos países da região nos fluxos globais de comércio e investimentos.

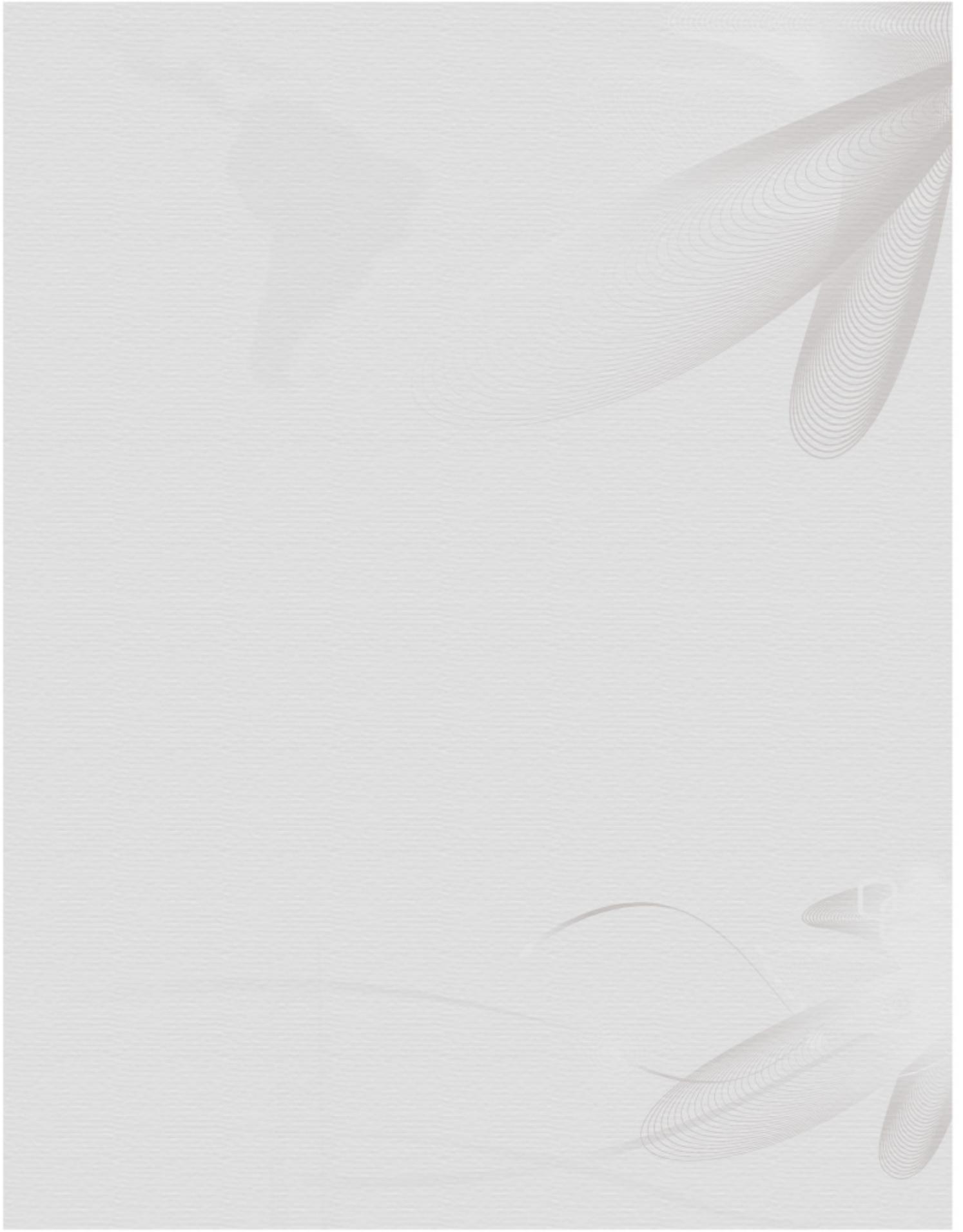
Mais informações no seguinte [link](#).

[1] MOREIRA, Mauricio Mesquita; VOLPE MARTINCUS, Christian; BLYDE, Juan S. *Unclogging the Arteries: the Impact of Transport Costs on Latin American and Caribbean Trade*. Washington: BID, 2008.



Centro de Documentação INTAL







Resenhas Bibliográficas

CELLI, Umberto; SALLES, Marcus; TUSSIE, Diana; PEIXOTO, Juliana. Mercosul in South-South Agreements: In the middle of two models of regionalism. Buenos Aires: Flacso, jun. 2011, 72 p.

Este trabalho analisa o Mercosul como um caso de integração regional em processo de transição entre diferentes momentos: a década de 1990, concentrado na liberalização comercial; e a fase atual, que inclui políticas estruturais como um novo pilar para a integração. Para isso, o texto enfoca principalmente três assuntos: o comércio de serviços, os investimentos e as assimetrias. O trabalho destaca que enquanto no terceiro tema foram atingidos os maiores progressos, nos dois primeiros os avanços foram limitados.

O relatório começa analisando as razões da proliferação de Acordos Comerciais Regionais (ACRs) e aponta como explicação plausível que estes podem ser negociados de forma mais rápida que os multilaterais. Ressalta que o comércio se intensificou mais por meio deles do que mediante o princípio de Nação Mais Favorecida (NMF). De fato, exemplifica que os quatro maiores ACRs (UE, TLCAN, Mercosul e Asean) concentram 65% das exportações mundiais e 70% das importações, o que implica que só um terço do comércio mundial é regulado por meio do princípio de NMF. Neste âmbito, a publicação destaca duas perspectivas opostas. Por um lado, do ponto de vista do **regionalismo aberto**, os ACRs são considerados elementos construtivos do sistema multilateral de comércio. O alcance geográfico e temático dos ACRs se ampliou nos últimos anos, incluindo regras que vão além das comerciais, como as ambientais, trabalhistas, de investimento, de concorrência, pelo que são conhecidos como *OMC Plus*. A visão oposta assinala que a proliferação de ACRs gera obstáculos ao sistema mundial de comércio, que se torna discriminatório e passa a ser mais fragmentado, baseado no bilateralismo e no regionalismo. Ou seja, termina provocando a erosão das disciplinas OMC e põe em perigo a efetividade do sistema multilateral de comércio. O trabalho aponta o problema conhecido como “*spaghetti bowl*”, que se refere precisamente à complexidade resultante da multiplicidade de acordos comerciais em vigor. De qualquer maneira, para a pesquisa os ACRs deveriam ser vistos pelos países em desenvolvimento como um meio para alcançar o desenvolvimento e não um fim em si mesmos, pelo qual estes deveriam preservar a capacidade de adotar medidas comerciais inclusive depois de assiná-los.

Depois de descrever o monitoramento que a OMC faz dos ACRs, o documento analisa se o Mercosul

cumpra as regras relevantes dessa organização. O trabalho concluiu que 20 anos após a sua criação, o exame do bloco não terminou, razão por que não há uma conclusão oficial e definitiva da OMC sobre a legalidade do acordo sob as regras dos ACRs. Os autores exemplificam a falta de declarações oficiais e definitivas sobre a conformidade do Mercosul com as regras da OMC por meio de dois casos: as medidas de salvaguarda impostas pela Argentina para as importações do restante do mundo, com exceção do Mercosul; e a proibição pelo Brasil de importações de pneus reciclados do restante do mundo, exceto os do Mercosul. De qualquer modo, o documento assinala que, em geral, os países evitam discutir as iniciativas de outros ACRs porque também podem ser questionados por pertencer a um acordo desse tipo.

O trabalho prossegue analisando a questão das **assimetrias**, sustentando que no centro desse debate se encontra a tensão entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Nesse âmbito, o trabalho ressalta a “Cláusula de Habilitação” como a conquista mais importante com relação ao manejo das assimetrias.

A seguir, a pesquisa propõe que a integração sul-americana mudou significativamente nos últimos anos: na atualidade coexistem a CAN e o Mercosul com um conjunto de iniciativas que envolvem o subcontinente, como a Aladi, sendo a construção de instituições regionais um processo muito complexo.

O trabalho destaca os obstáculos para o progresso do Mercosul, tais como as dificuldades para a consolidação da união alfandegária, a perda de credibilidade pela falta de internalização dos compromissos e a multiplicação de conflitos intersetoriais que não encontraram canais institucionais de resolução. Quanto ao comércio de **serviços**, assinala que o Protocolo de Montevideu reproduz essencialmente o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, que favorece os países em desenvolvimento no tocante a sua flexibilidade e liberalização progressiva por meio de listas positivas com compromissos específicos. O trabalho ressalta que, ao contrário de outros blocos ou países, os do Mercosul escolheram manter seu compromisso com o sistema multilateral de comércio, embora isso pareça ter mudado nos últimos anos, com as negociações Mercosul-Índia e Mercosul-Sacu.

Com relação aos **investimentos**, a publicação assinala como uma debilidade a falta de regras comuns de investimento, sendo a situação normativa muito complexa e complicada, o que dificulta que o bloco possa negociar acordos. O trabalho avalia que nesse contexto é necessário um equilíbrio entre a atração de investimentos e a preservação de espaços de políticas industriais para o desenvolvimento.

Finalmente, o trabalho qualifica o relançamento dos processos de integração sul-americana como um “**regionalismo pós-liberal**”, e encontra sua origem na opinião negativa sobre os resultados dos processos de reforma da década de 1990. Por isso as negociações na atualidade incluem temas que vão além dos comerciais, como os sociais e políticos, e levam em conta as assimetrias na dimensão comercial. De acordo com a publicação, dentro do Mercosul, o tema das assimetrias evoluiu favoravelmente, ao mesmo tempo que foram criados programas que abrangem temas sociais e produtivos. Nesse âmbito, a pesquisa avalia positivamente tanto o Focem e o Fundo para Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, quanto às decisões de complementação produtiva. Além disso, a priorização de temas de infraestrutura e energia no âmbito da Unasul é assinalada como um ativo na região.

Além de constituir uma descrição interessante do bloco no âmbito da proliferação de acordos comerciais regionais e seu compromisso com o sistema multilateral de comércio, a contribuição da publicação reside principalmente na análise, por um lado, dos avanços nos temas de assimetrias na agenda interna e, por outro, do limitado progresso das negociações nas disciplinas de serviços e investimentos.



Alerta Bibliográfica

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#)

Bibliografias em destaque do mês

* **Convergencia macroeconómica andina 2010 : Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú. (2011). Lima: Secretaría de la CAN.**



Título:Convergencia macroeconómica andina 2010 : Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú
Otros responsables:Comunidad Andina, CAN
Edición:Lima: Secretaría de la CAN, Agosto 2011 [136 p.]
ISBN:978-612-4054-33-4
Temas:<COMUNIDAD ANDINA, CAN><CONVERGENCIA><ESTADISTICAS><INDICADORES ECONOMICOS><INTEGRACION ECONOMICA><MACROECONOMIA><POLITICA MACROECONOMICA>
Geográficos:<REGION ANDINA><BOLIVIA><COLOMBIA><PERU><ECUADOR>

Nota de contenido:

Parte I: Informes de Seguimiento de las Metas de Convergencia Macroeconómica de los Países Andinos [p. 19]

BOLIVIA [p. 20]

Resumen ejecutivo [p. 23]

I Aspectos Fundamentales para la Evaluación de las Metas de Convergencia [p. 25]

II Evaluación Económica en 2010 [p. 26]

- Sector Real
- Sector Externo
- Saldo de la Balanza Comercial y Cuenta Corriente
- Endeudamiento Externo
- Reservas Internacionales Netas
- Política Cambiaria
- Sector Monetario y Financiero
- Política Monetaria

- Evolución de Agregados Monetarios del Sistema Bancario
- Crédito Neto al Sistema Bancario
- Depósito y Cartera de los Bancos Privados
- Tasas de Interés Promedio Activas y Pasivas en MN y ME
- Indicadores de Vulnerabilidad : Medición del riesgo país

III Criterios de Convergencia y Grado de Cumplimiento [p 54]

- Evolución de los Precios
- Evolución de las Finanzas Públicas
- Endeudamiento Público

COLOMBIA [p 60]

Resumen ejecutivo [p. 63]

I. Aspectos Fundamentales para la Evaluación de las Metas de Convergencia Económica en el Año 2011 [p. 64]

II La Economía Colombiana [p. 65]

- Actividad Económica
- Crecimiento del PIB por ramas de actividad en 2010
- Perspectivas de la actividad económica para 2011
- La Inflación
- La inflación en 2010
- Perspectivas de la inflación en 2011
- Mercado Laboral
- Desempleo
- Oferta y demanda de trabajo
- Sector Externo
- Evolución de la tasa de cambio en 2010
- Tasa de cambio nominal
- Tasa de cambio real
- Factores que han incidido en el comportamiento de la TCR
- Evolución de la balanza de pagos de Colombia en 2010
- Cuenta corriente
- Cuenta de capital y financiera
- Reservas internacionales
- Sector Monetario y Financiero
- Comportamiento de las tasas de interés durante 2010
- Base monetaria, crédito y fuentes de financiamiento del sistema financiero
- Base monetaria: fuentes y usos
- Fuentes y usos de los establecimientos de crédito
- Indicadores de estabilidad financiera
- Indicadores de Vulnerabilidad: Medición del Riesgo País
- Sector Público
- Gobierno Nacional Central

III Criterios de convergencia y grado de cumplimiento [p. 113]

- Evolución de precios
- Evolución de las finanzas públicas

- Endeudamiento público
ECUADOR [p.117]
- I. Sector Real** [p.119]
 - Producto Interno Bruto
 - Oferta y utilización de bienes y servicios
 - Evolución del Mercado Laboral
 - Ingresos laborales
- II Sector Financiero** [p. 131]
 - Volumen de crédito
 - Volumen de crédito por rama de actividad económica
 - Volumen de crédito diferenciado por las principales instituciones financiera privadas y de Banca Pública
 - Colocación de recursos RILD por parte de la Banca Pública
 - Saldos generales de créditos y depósitos
- III Sector Externo** [p. 141]
 - Balanza de pagos
 - Cuenta Corriente
 - Balanza comercial
 - Remesas
 - Cuenta de Capital y Financiera
 - Tipo de cambio real
- IV Criterios de Convergencia y Grado de Cumplimiento** [p. 151]
 - Evolución de los Precios
 - Evolución de las Finanzas Públicas
 - Operaciones del Sector Público No Financiero - SPNF
 - Endeudamiento Público
- PERØ** [p. 162]
- Resumen Ejecutivo** [p. 165]
- I Aspectos Fundamentales para la Evaluación de las Metas de Convergencia en el Año 2010** [p. 166]
- II Evolución Económica en el 2010** [p. 168]
 - Sector Real
 - Sector Externo
 - Sector Financiero
- III Criterios de Convergencia y Grado de Cumplimiento** [p. 170]
 - Evolución de los precios
 - Evolución de las finanzas públicas
- IV. Anexo Estadístico** [p. 174]
- Parte II:** Opinión del Grupo de Expertos del Sector No Oficial de los Países Andinos [p. 183]
 - Bolivia.** Fernando Torrejón Flores
 - Colombia.** César Ferrari Quime
 - Ecuador.** Diego Mancheno Ponce
 - Perú.** Jorge González Izquierdo
- Parte III:** Indicadores para el Seguimiento Socioeconómico de la

Subregión [p. 259]

Accesos al documento:
eHM CAN-CONV.MACRO.ANDINA [2011]
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2011. (2011). Santiago de Chile: CEPAL.



Título: Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2011

Otros responsables: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL

Edición: Santiago de Chile: CEPAL, Diciembre 2011 [128 p.]

Serie: Balance Preliminar de las Economías; 2011

Temas: <BALANZA DE PAGOS><POLITICA FISCAL><POLITICA MONETARIA><POLITICA CAMBIARIA><INDICADORES

ECONOMICOS><ESTADISTICAS><POLITICA MACROECONOMICA><COYUNTURA ECONOMICA><PRODUCTO BRUTO INTERNO, PBI><CRECIMIENTO ECONOMICO>

Geográficos: <AMERICA LATINA><CARIBE>

Resumen: Después del fuerte repunte que alcanzó la economía de América Latina y el Caribe en 2010, al superar el impacto de la crisis económica y financiera de 2008-2009, la CEPAL estima que en 2011 la región volvió a crecer, pero a una tasa menor (4,3 por ciento), lo que implica una mejora de un 3,2 por ciento del PIB per cápita. A ello contribuyeron principalmente dos factores, a saber, el debilitamiento de la recuperación de la economía mundial y el enfriamiento de la demanda interna en el Brasil, la economía más grande de la región, propugnado por las autoridades para evitar un sobrecalentamiento a partir del fuerte crecimiento de 2010. Aun así, en la primera parte del año el entorno externo siguió relativamente favorable para la región, lo que se expresó en una elevada demanda de sus principales productos de exportación, mejoras de los términos de intercambio y el acceso en condiciones favorables a los mercados financieros internacionales. En este contexto, varios países lograron mejorar su desempeño con respecto a 2010, entre ellos algunos países exportadores de petróleo que se vieron beneficiados por altos precios internacionales o varios países centroamericanos y del Caribe que fueron favorecidos por un aumento de las exportaciones hacia los Estados Unidos y de las remesas enviadas por los trabajadores emigrados. En conjunto, los países sudamericanos crecieron un 4,6 por ciento, levemente más que los centroamericanos (4,1 por ciento), mientras el Caribe se expandió solo un 0,7 por ciento, debido principalmente a la contracción de Trinidad y Tabago, la mayor economía de la subregión. En la primera parte del año, la política macroeconómica enfrentó varios desafíos relacionados en parte con la evolución de los mercados internacionales. Los países reaccionaron a estos desafíos de diferente

manera, según sus características estructurales, la gravedad del impacto que sufrieron, los instrumentos disponibles y sus prioridades políticas. Así, las expectativas optimistas en cuanto a la evolución de la economía regional y los diferenciales de las tasas de interés respecto de las prevalecientes en los mercados financieros globales estimularon entradas de capital que contribuyeron a mantener los procesos de apreciación real de las monedas de la región. En algunos casos estos diferenciales de tasas aumentaron gracias a las políticas monetarias aplicadas para contener el impacto inflacionario del incremento de los precios internacionales, sobre todo de alimentos y combustibles. En este contexto algunos países también redujeron el estímulo fiscal, tratando al mismo tiempo de recuperar el espacio fiscal que se había contraído por las medidas implementadas para enfrentar la crisis de 2008-2009. Sin embargo, en el promedio regional, el resultado global de los gobiernos centrales mejoró 0,4 puntos porcentuales debido a los aumentos de los ingresos fiscales. Por otra parte, frente a las tendencias de desaceleración tanto de la economía mundial como la regional, a lo largo del año las preocupaciones por mantener un adecuado ritmo de crecimiento se hicieron cada vez más prioritarias para las políticas económicas, en especial dados el deterioro de la situación y las perspectivas de la zona del euro.

Nota general: La presente publicación es el lanzamiento editorial del Balance Preliminar de las Economías de América Latina 2011. Es un Documento Informativo.

Nota de contenido:

Capítulo I. Introducción [p. 9]

- El contexto internacional [p. 12]
- La política macroeconómica [p. 15]
- La política fiscal [p. 16]
- Las políticas monetaria y cambiaria [p. 17]
- El desempeño de las economías de la región [p. 19]
- Actividad, precios y mercados laborales [p. 19]
- Sector externo [p. 23]
- Perspectivas y desafíos para 2012 [p. 26]

Capítulo II: La política macroeconómica [p. 37]

- Política fiscal [p. 37]
- Las políticas cambiaria y monetaria [p. 48]

Capítulo III: El desempeño interno [p. 59]

- Actividad económica e inversión [p. 59]
- Los precios internos [p. 68]
- El empleo y los salarios [p. 72]

Capítulo IV: El sector externo [p. 81]

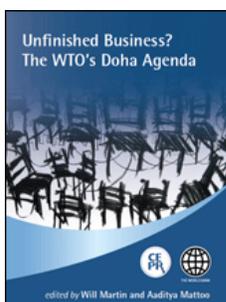
- La cuenta corriente de la balanza de pagos [p. 81]
- Evolución de los términos de intercambio [p. 83]

- La balanza de bienes y servicios [p. 86]
 - La balanza de rentas y de transferencias corrientes [p. 89]
 - La cuenta de capital y financiera [p. 90]
- Anexo estadístico** [p. 97]

Accesos al documento:
eHM CEPAL-BAL.PRE.ECO 2011 [2011]
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

* Martin, W. y Mattoo, A. (2011). Unfinished Business? The WTO's Doha Agenda. Washington: CEPR.



Autor: Martin, Will; Mattoo, Aaditya

Título: Unfinished Business? The WTO's Doha Agenda

Edición: Washington: CEPR, 2011 [449 p.]

ISBN: 978-1-907142-45-1

Temas: <POLITICA COMERCIAL INTERNACIONAL><FACILITACION DEL COMERCIO><POLITICA COMERCIAL><PROMOCION DE LAS EXPORTACIONES><PAISES EN DESARROLLO>

Resumen: The recent G20 communiqué on the Doha Development Agenda (DDA) marks a significant departure from past endorsements and exhortations (Bhagwati and Sutherland 2011). The communiqué acknowledges that "it is clear that we will not complete the DDA if we continue to conduct negotiations as we have in the past—we need to pursue in 2012 fresh, credible approaches to furthering negotiations, including the issues of concern for Least Developed Countries and, where they can bear fruit, the remaining elements of the DDA mandate. We direct our ministers to work on such approaches at the upcoming ministerial meeting in Geneva and also to engage into discussions on challenges and opportunities to the multilateral trading system in a globalised economy and to report back by the Mexico Summit

Accesos al documento:

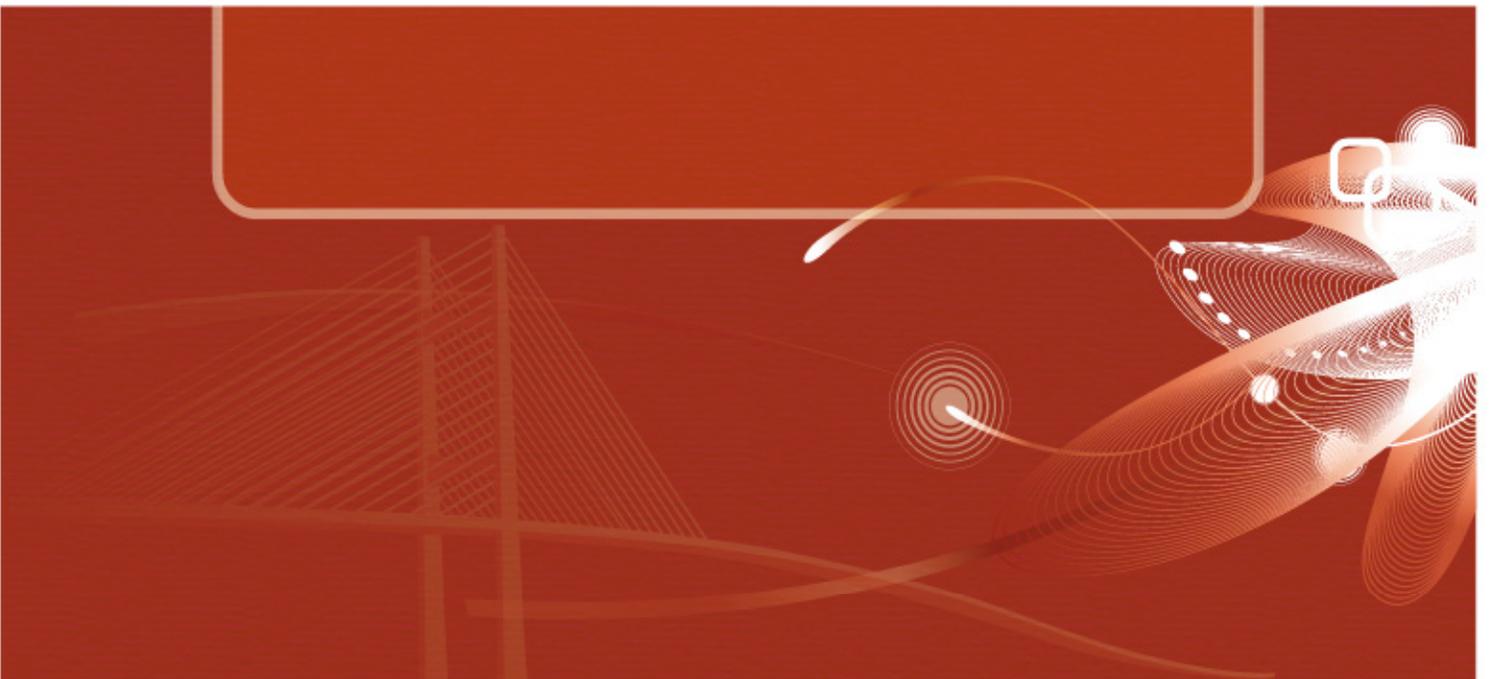
E 339.54 / WIL-UNF / 2011

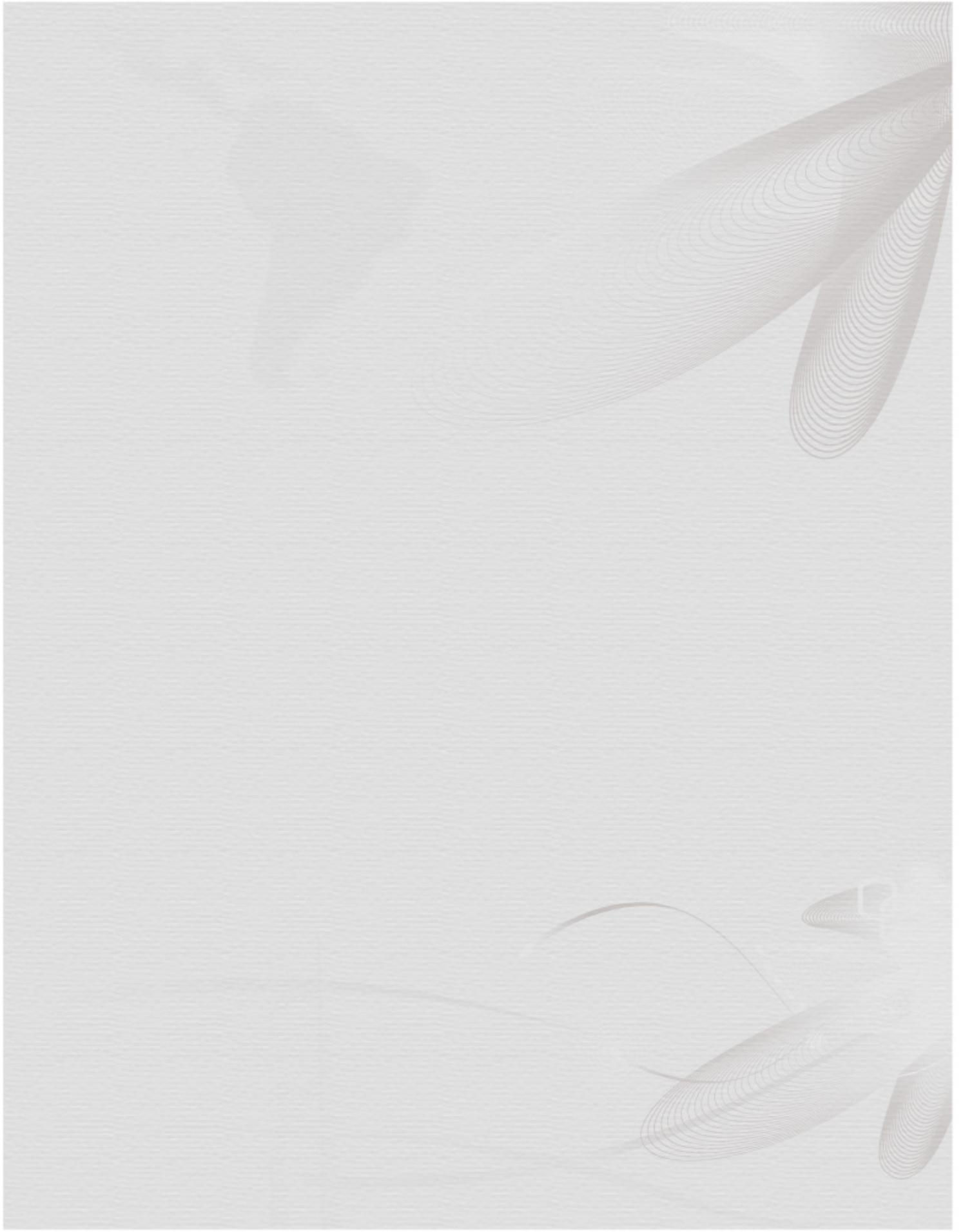
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)



Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

*Antoni Estevadeordal
Ricardo Carciofi*

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

*Rosario Campos
Gala Gómez Minujín
Kathia Michalczewsky
Carolina Osorio Duque
Verónica Toscani*

Assistência compilação material:

*Enzo Di Muro
Gabriela Dubois*

Edição:

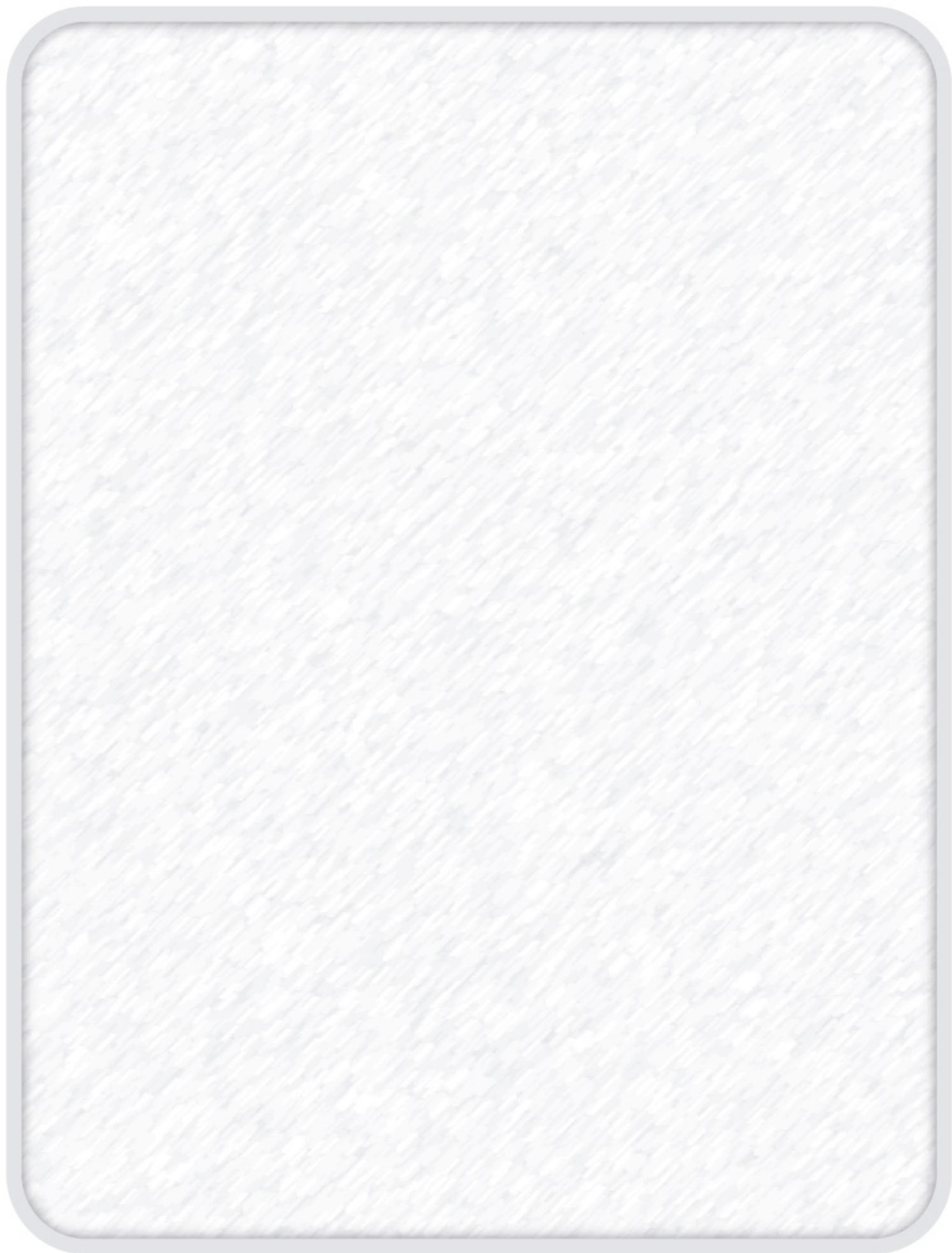
*Susana Filippa
Julieta Tarquini*

*R.P.I.: 836373
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL

BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento